



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ALVARO DUARTE DOS SANTOS SILVA

**O LEMBRADO E O ESQUECIDO: a Bica das Freiras e a valorização da cultura
cotidiana em Penedo-AL**

Recife
2017

ALVARO DUARTE DOS SANTOS SILVA

O LEMBRADO E O ESQUECIDO: a Bica das Freiras e a valorização da cultura cotidiana em Penedo-AL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Área de concentração: Arqueologia Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Scott Joseph Allen.

Recife
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

- S586l Silva, Alvaro Duarte dos Santos.
O lembrado e o esquecido : a Bica das Freiras e a valorização da cultura cotidiana em Penedo-AL / Alvaro Duarte dos Santos Silva. – 2017.
100 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador : Prof. Dr. Scott Joseph Allen.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Recife, 2017.
Inclui referências, apêndices e anexos.
1. Arqueologia. 2. Arqueologia e história. 3. Memória coletiva. 4. Patrimônio cultural – Penedo (AL). 5. Arqueologia histórica. I. Allen, Scott Joseph (Orientador). II. Título.

930.1 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-181)

ALVARO DUARTE DOS SANTOS SILVA

O LEMBRADO E O ESQUECIDO: a Bica das Freiras e a valorização da cultura cotidiana em Penedo-AL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Aprovada em: 13/09/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ph.D. Scott Joseph Allen (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr. Viviane Mariana Cavalcanti de Castro (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Fernando Antônio Guerra de Souza (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

À minha avó, Severina Amélia, falecida durante este trabalho, que um dia pediu ao seu pai de presente um caderno para ir à escola, mas em seu lugar recebeu uma enxada.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento deste trabalho.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.

À professora Viviane de Castro por toda a atenção dada durante o período do curso.

Ao professor Scott Allen pela orientação e atenção, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus colegas de Arqueologia Felipe, que esteve comigo na maior parte do período em que estive em Penedo; Marta, Vanessa e Matheus por todo o apoio, sobretudo nos meses finais.

A Joás pelo socorro na fase final do trabalho.

Ao povo de Penedo, pela recepção e carinho recebidos durante os meses em que estive na cidade.

À Grande Loja Maçônica de Alagoas, pela acolhida durante a minha passagem por Penedo.

À Fundação Casa do Penedo, por abrir as portas do seu riquíssimo acervo, contribuindo com o desenvolvimento deste trabalho.

À Vera Menelau, com quem tive o prazer de trabalhar diversas vezes e quem contribuiu inclusive na definição do objeto de estudo desta pesquisa.

Em especial a Marinete Leite, por ser minha grande incentivadora, minha madrinha na Arqueologia, que acreditou em mim mais do que eu mesmo.

À Mariana, minha noiva, por estar ao meu lado, pelo apoio incondicional e por não deixar que as frustrações me abatessem.

Aos mais pais, Aprígio e Edineide pela educação que me foi dada e pelo apoio que deram em todas as decisões que tomei.

Ao Grande Arquiteto do Universo.

A Arqueologia Histórica é um exercício de construção o passado, mas ao mesmo tempo é uma ferramenta de desconstrução do presente (COSTA, 2010, p. 11).

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de construção da memória social em Penedo-AL, a partir de elementos do seu Patrimônio Arqueológico. Abordamos aqui a dualidade da lembrança e do esquecimento que está presente na elaboração da memória coletiva. A pesquisa foi desenvolvida através da metodologia multidisciplinar da Arqueologia Histórica, conciliando as fontes escritas, orais e iconográficas. Foi detectada a valorização dos patrimônios ligados aos mais favorecidos economicamente, que foram preservados tanto no campo material quanto no imaterial. Enquanto isso, os patrimônios ligados ao cotidiano dos menos favorecidos foram preteridos, não recebendo a atenção devida. Neste contexto, temos a Bica das Freiras, estrutura secular que participou ativamente da vida de uma parcela humilde da população penedense e que hoje se encontra em um estado alarmante de arruinamento. Sua valorização, portanto, através do desenvolvimento de uma Educação Patrimonial, contribuirá pra a construção de uma memória social mais democrática na região.

Palavras-chaves: Memória social. Patrimônio. Arqueologia-Histórica. Penedo-AL. Bica das Freiras.

ABSTRACT

This research has the objective of analyzing the social memory of Penedo-AL, using elements of its archaeological heritage. Here it is approached the duality of remembering and forgetting, presented in the elaboration of collective memory. The research was developed with the multidisciplinary in the historical archaeology, with the use of written, oral and iconographic sources. It was detected value in the heritage connected to the most economically favored, preserved both in material and immaterial fields. Meanwhile heritage connected to the daily of the disadvantaged were deprecated, not receiving due attention. In this context, we have the "Bica das Freiras", a secular structure that actively participated in a humble portion of the penedense population and that it is in an alarming state of ruin. It's appreciation, therefore, through the development of a Patrimonial Education, will contribute to the construction of a more democratic social memory in the region.

Keywords: Social memory. Heritage. Forgetting. Penedo-AL. Bica das Freiras.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Localização da Bica das Freiras no Centro Histórico de Penedo.....	15
Figura 2 -	Engenho Verde Nasce.....	36
Figura 3 -	Oficina Porto Novo, parte do aparato ferroviário além-paraibano.....	39
Figura 4 -	Exemplares do Conjunto Arquitetônico de Penedo.....	43
Quadro 1 -	Ações Previstas para o Programa Monumenta em Penedo.....	44
Figura 5 -	Mapa holandês identificando o Forte Maurício em Penedo.....	46
Figura 6 -	Localização do forte Maurício segundo Marcos Albuquerque.....	47
Figura 7 -	Hipótese da localização da fortificação segundo Muniz.....	48
Figura 8 -	Convento Igreja Nossa Senhora dos Anjos, Penedo-AL.....	50
Figura 9 -	Igreja de Nossa Senhora das Correntes.....	51
Figura 10 -	Altar da Igreja de Nossa Senhora das Correntes.....	51
Figura 11 -	Museu do Paço Imperial.....	53
Figura 12 -	Casa de Aposentadoria.....	54
Figura 13 -	Sede da Prefeitura Municipal de Penedo.....	54
Figura 14 -	Revitalização do Teatro Sete de Setembro.....	55
Figura 15 -	Mercado Público de Penedo.....	57
Figura 16 -	Forte da Roqueira, Penedo-AL.....	72
Figura 17 -	Equipe do NEPA realizando a escavação da Bica das Freiras.....	74
Figura 18 -	Relevo acidentado na região da Bica das Freiras.....	76
Figura 19 -	Disposição das estruturas no sítio Bica das Freiras.....	77
Figura 20 -	Ilustração das estruturas da Bica das Freiras.....	77
Figura 21 -	Tanque localizado à direita da abóbada.....	78
Figura 22 -	Muro localizado a oeste do sítio.....	78
Figura 23 -	Dano na parte superior da abóbada.....	79
Figura 24 -	Bica das Freiras deteriorada em imagem de 1992.....	80
Figura 25 -	D. Maria Rezadeira sendo entrevistada por equipe do NEPA.....	86
Figura 26 -	Casal formado no entorno da Bica das Freiras.....	87
Figura 27 -	Escadaria da Rua do Banheiro.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Patrimônios citados pela população.....	71
Tabela 2 -	Resultado das entrevistas sobre o passado da bica.....	81

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	PATRIMÔNIO E MEMÓRIA.....	18
2.1	A RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E MEMÓRIA SOCIAL.....	18
2.2	TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO NO BRASIL.....	24
2.3	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	27
2.4	ÉTICA PROFISSIONAL.....	30
2.5	ESTUDOS DE CASO NA TEMÁTICA MEMÓRIA-PATRIMÔNIO.....	32
2.6	MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NA BICA DAS FREIRAS.....	40
3	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO LEMBRADO.....	42
3.1	A HERANÇA HOLANDESA.....	45
3.2	A PRESENÇA DO CATOLICISMO.....	49
3.3	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O PATRIMÔNIO EDIFICADO.....	52
3.4	O PROGRAMA MONUMENTA EM PENEDO.....	55
4	A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E SUA METODOLOGIA.....	60
4.1	DOCUMENTOS ESCRITOS.....	61
4.2	INFORMAÇÕES ORAIS.....	63
4.3	FONTES ICONOGRÁFICAS.....	67
5	O LEMBRADO E O ESQUECIDO.....	70
5.1	O PATRIMÔNIO LEMBRADO.....	71
5.2	A BICA DAS FREIRAS.....	73
5.2.1	Escavação Arqueológica na Bica.....	73
5.2.2	Um Patrimônio Esquecido.....	76
5.2.3	A Construção de uma memória democrática.....	82
5.3	A RUA DO BANHEIRO: MAIS UM PATRIMÔNIO ESQUECIDO.....	88
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
	REFERÊNCIAS.....	93
	APÊNDICE A – CHALÉ DOS LOUREIROS SENDO REVITALIZADO.....	98

APÊNDICE B – ENTORNO DO SÍTIO.....	99
ANEXO A – BICA DAS FREIRAS EM PERÍODO DE FUNCIONAMENTO.....	100

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Penedo-AL está localizada no extremo sul do estado alagoano, situando-se à margem esquerda do Rio São Francisco, na divisa com o Estado de Sergipe. O valioso Patrimônio Histórico existente possibilitou que o Centro Histórico da cidade fosse tombado nas esferas estadual, municipal e federal.

O reconhecimento legal foi iniciado com o tombamento a nível estadual do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural, que ocorreu por meio do decreto nº 25.595 de 08 de março de 1986. Posteriormente, houve o reconhecimento a nível municipal, através da lei de nº 939 de 09 de novembro de 1989, que homologou o decreto estadual. Por fim, houve o tombamento federal do Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade, ocorrido no dia 18 de dezembro de 1995, a partir da portaria nº 169 do Ministério da Cultura (RAMOS, 2015).

A posição considerada estratégica no passado fez com que Penedo fosse considerada por um longo período como a porta de entrada ao interior. Com isso, a região se desenvolveu rapidamente e o seu progresso foi refletido nas belíssimas construções que sobreviveram ao declínio econômico da cidade.

Assim como no restante do país, os grandes monumentos são alvos de obras de revitalização no município, enquanto os elementos ligados ao cotidiano dos menos favorecidos não recebem a mesma atenção. Como reflexo deste contexto, a memória social penedense é construída deixando de lado os marcos sociais ligados à população comum.

Nos últimos anos, dois projetos federais voltados para a conservação e preservação foram implantados no município, a partir do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Primeiramente o Programa Monumenta¹, que possibilitou a restauração de construções como o Convento Nossa Senhora dos Anjos e a Casa de Aposentadoria. Atualmente, está em funcionamento o Programa PAC Cidades Históricas que, dentre muitas obras, está revitalizando o Teatro Sete de Setembro e o Chalé dos Loureiros (Apêndice A).

¹ Programa Federal de incentivo a revitalização do Patrimônio Cultural urbano brasileiro.

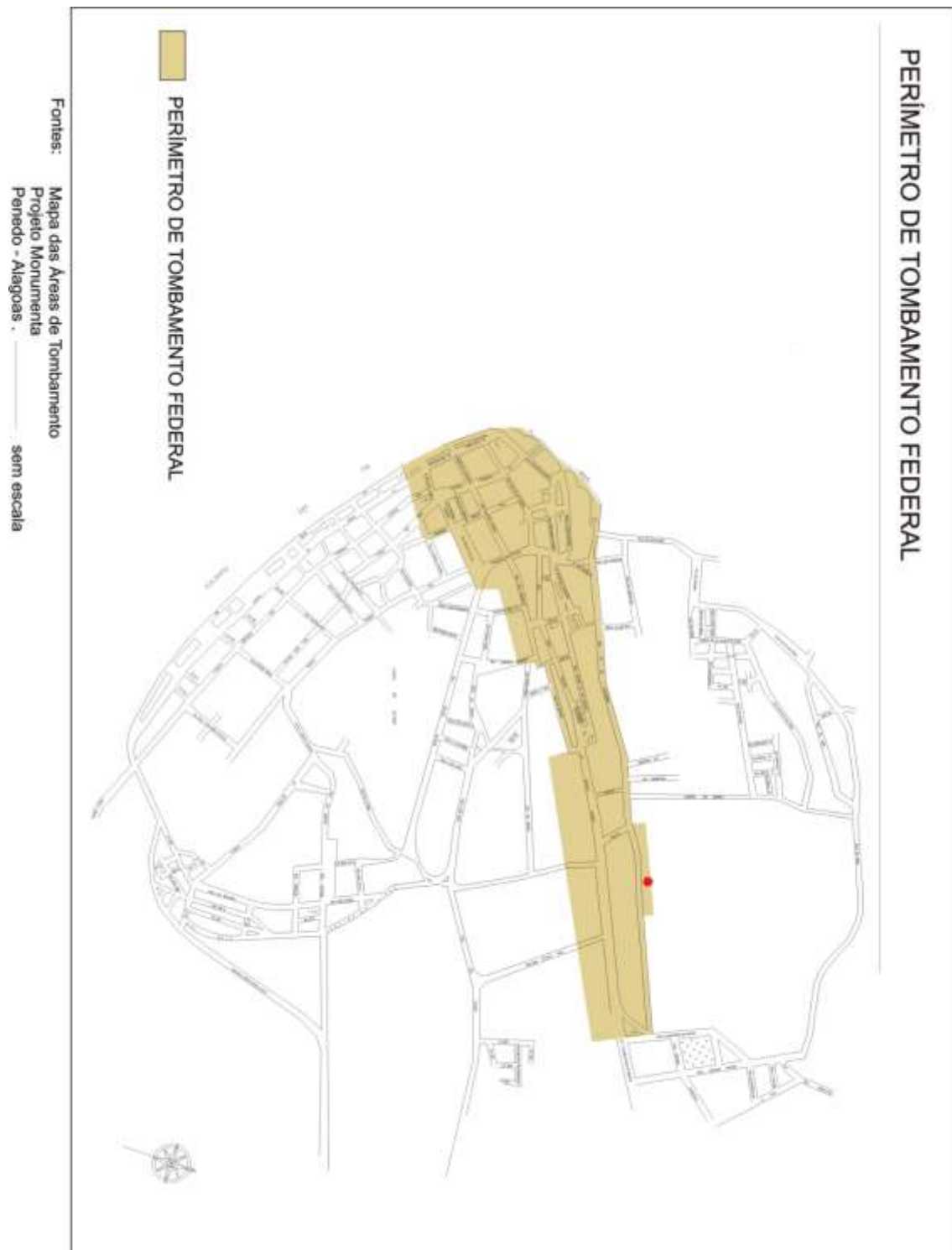
O pensamento contemporâneo prega um discurso de valorização e resgate da história dos “excluídos”, mas a prática deste ainda se mostra dificultosa. Na contramão dos Patrimônios Históricos lembrados está a Bica das Freiras, que participou ativamente da vida da população penedense, mas que hoje está esquecida tanto pelo poder público quanto pela sociedade. Este sítio arqueológico está localizado no limite nordeste do Centro Histórico de Penedo, região alta da cidade, aproximadamente a 500 metros do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Penedo (Figura 1). O local está na transição entre a área urbana com a rural (Apêndice B) e, diferentemente de outros sítios existente no Brasil, não sofre ameaças relativas aos avanços da modernização urbana.

Se o desenvolvimento urbanístico não parece representar perigo neste momento, o esquecimento se apresenta como a principal ameaça que a Bica das Freiras vem enfrentando. Quando esta perdeu o seu papel ativo na sociedade penedense, caiu em desuso, dando início a um gradativo processo de arruinamento. A população se afastou e não ressignificou o patrimônio, causando o esvaziamento da memória social.

A Bica das Freiras recebeu outras denominações ao longo dos anos, como por exemplo: Bica da Torneira, devido à existência no passado de uma torneira para controle do fluxo de água no local direcionado ao tanque; Bica dos Frades, indicando uma possível ligação entre os religiosos e a bica; e Bica do Cuscuz, em referência à abóbada existente em uma das estruturas do sítio. Contudo, há muito tempo a população do entorno a conhece apenas como Bica do Cuscuz ou simplesmente Cuscuz.

A memória como objeto de estudo do arqueólogo pode causar estranheza para muitos. Entretanto, devemos perceber que a materialidade está carregada de significados e os seus símbolos podem ser interpretados. Isto é possível dentro de uma abordagem pós-processualista, que segundo Orser Jr. (1992) tenta compreender os significados por trás das experiências dos indivíduos. Nesta perspectiva, podemos entender que patrimônio e memória estão intrinsecamente ligados. Desta forma, a Arqueologia pode estudar o patrimônio cultural material a partir da memória social do povo que o construiu ou dele utilizou, buscando compreender as experiências vividas. A ciência arqueológica se torna então uma excelente ferramenta de valorização do passado daqueles que não puderam ter suas memórias registradas nos documentos escritos da história oficial.

Figura 1 – Localização da Bica das Freiras no Centro Histórico de Penedo



Fonte: IPHAN-AL (adaptado)

Muitos trabalhos que se desenvolvem na temática da memória social são fruto de uma relação emocional entre o pesquisador e o patrimônio. Podemos dar como exemplo Furtado (2015), que desenvolveu uma pesquisa acerca do esvaziamento da

memória social em Além Paraíba-MG diante do Patrimônio Ferroviário da cidade. Este autor nasceu em uma família de ferroviários e também trabalhou para a ferrovia, criando assim um vínculo afetivo desde a sua infância. Isto não ocorreu no nosso trabalho, pois fomos motivados, a princípio, não por questões emotivas, mas sim após termos a oportunidade de conhecer a Bica das Freiras e de enxergarmos o potencial presente para um estudo arqueológico.

Enxergando a relevância histórica da Bica das Freiras para a população penedense, a Superintendência do IPHAN do estado de Alagoas instigou a realização de um projeto no local, que pudesse contribuir para a preservação e a valorização do sítio. Este projeto foi executado no ano de 2010, pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPA) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Os trabalhos na bica ocorreram sob a coordenação do arqueólogo Scott Allen (2011a), tendo como objetivo principal a inserção do sítio ao contexto histórico do Centro Histórico de Penedo. Os objetivos específicos dessa pesquisa foram a tentativa de identificação do período da construção da bica, por meio da análise das técnicas construtivas e do material que foi utilizado, auxiliado por fontes escritas e também orais; e a compreensão das formas de representação social através da cultura material, no seu período de construção, de utilização e até mesmo nos dias atuais. A partir deste trabalho, fomos instigados a desenvolver esta pesquisa, objetivando contribuir para a preservação da Bica das Freiras.

Buscamos responder aqui a seguinte problemática: como a valorização da Bica das Freiras poderá contribuir para a construção de uma memória social democrática na cidade? O objetivo geral deste trabalho foi compreender o processo de esquecimento e lembrança do patrimônio em Penedo. Como objetivo específico, buscamos entender como a valorização da Bica das Freiras poderá contribuir para a construção de uma memória social democrática na cidade de Penedo.

Estruturamos o trabalho em cinco capítulos. No segundo capítulo, logo após o capítulo introdutório, foram abordados conceitos relacionados ao “patrimônio” e a “memória”. Desta forma, foi discutida a trajetória histórica da conceituação do patrimônio e a sua relação com a memória social. Além disso, foi tratado o desenvolvimento da noção patrimonial no Brasil e como a Educação Patrimonial pode se tornar um mecanismo de preservação do patrimônio.

O terceiro capítulo foi composto pela contextualização histórica do patrimônio lembrado em Penedo. Desta forma, discutimos a importância do período holandês na

constituição do imaginário popular, a presença do catolicismo na região e o desenvolvimento econômico que possibilitou a construção de um patrimônio edificado. Também foi feita a contextualização histórica da Bica das Freiras, mas de forma superficial, pois esta carece de maiores informações sobre o seu passado. Neste capítulo ainda foi abordado o ingresso do município no Programa Monumenta e o resultado obtido com o término do projeto.

No capítulo “A Arqueologia Histórica e sua Metodologia” foram apontadas as possibilidades de fontes de pesquisas que podem ser utilizadas pelos arqueólogos históricos. A partir daí, foram identificadas as fontes utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho. Além disso, foi demonstrado como cada fonte pôde contribuir para a busca dos nossos resultados.

Os resultados obtidos por meio das análises das fontes de pesquisas foram discutidos no quinto capítulo. Neste capítulo identificamos aqueles exemplos de objetos patrimoniais que foram mais lembrados pela população durante a realização da entrevista quantitativa. Após analisar esses resultados, discutimos a importância social da Bica das Freiras, o processo de arruinamento das estruturas, o esquecimento do sítio iniciado com o seu desuso e como a valorização da Bica das Freiras poderá contribuir na luta pela democratização da memória social penedense.

2 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Desenvolver um trabalho na Bica das Freiras é deparar-se com um Patrimônio Arqueológico rico em significados para uma população, mesmo que este esteja sofrendo um processo de esquecimento. A simbologia está contida nas lembranças de uma parte dos penedenses, que através dos métodos de pesquisas multidisciplinares da Arqueologia podem ser resgatadas e reconstruídas. Esta reconstrução pode contribuir para o surgimento de uma memória social democrática, pois ocorre dentro de um contexto de valorização das vivências cotidianas de uma população menos favorecida. A partir do desenvolvimento de abordagens dentro do campo da memória e do patrimônio, é possível realizar esta reconstrução.

Memória e Patrimônio são temáticas que caminham lado a lado. A memória não está contida apenas nas pessoas, mas também está presente no patrimônio material, que carrega consigo toda uma bagagem histórica daqueles que o produziram, utilizaram e também o esqueceram. A materialidade contida no patrimônio evoca o que nele existe de imaterial.

Seguindo pelo caminho do patrimônio e da memória, discutiremos neste capítulo a definição de Patrimônio Arqueológico; a trajetória histórica do conceito de patrimônio no Brasil e no mundo, partindo da sua origem e chegando ao entendimento que se tem hoje; e o debate acerca da Preservação Patrimonial. Além disso, iremos desenvolver os conceitos dentro do campo da memória social, a sua implicação na construção identitária e o caráter ético que deve existir por parte do pesquisador que se propõe a seguir por este viés.

2.1 A RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E MEMÓRIA SOCIAL

No artigo 1 da *Carta de Lausanne*, o Patrimônio Arqueológico foi definido da seguinte forma:

O "patrimônio arqueológico" compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios

abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a elas associado (UNESCO, 1990, p. 2).

Costa (2004), ao definir o Patrimônio Arqueológico afirma que, para fins legais, podemos entender como todo produto material que faça uma relação ou alusão à memória humana. Se hoje existe a compreensão desta relação entre patrimônio e memória, o mesmo não ocorria no passado.

Patrimônio é um termo de origem latina, derivado da palavra *patrimonium*. Na Roma Antiga, o seu conceito se referia a tudo que pertencia ao “pai de família” (*pater*), desde a mulher, filhos, escravos, animais, bens móveis e imóveis, e poderia ser deixado em testamento. O termo *parter*, por sua vez, era compreendido mais no sentido social do que biológico (FERREIRA AZZI, 2011). A noção de patrimônio, então, surge no âmbito privado, estando ligado aos pontos de vistas e interesses aristocráticos, não existindo a noção de patrimônio público (FUNARI; PELEGRINI, 2014).

No final da Antiguidade e durante a Idade Média, período de apogeu político da Igreja Católica na Europa, surgiu um novo conceito de patrimônio, podendo estar ligado ao coletivo, através do patrimônio religioso. Sobre essa mudança, Funari e Pelegrini (2014) escreveram:

Ainda que o caráter aristocrático tenha se mantido, elevaram-se à categoria de valores sociais compartilhados os sentimentos religiosos, em uma pletera de formas materiais e espirituais. O culto aos santos e a valorização das relíquias deram às pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio e que, como veremos, de certa forma permanece entre nós: a valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos (FUNARI; PELEGRINI, 2014, pp. 11-12).

O patrimônio artístico, durante o período medieval, era visto como resultado de uma ação divina, que se utilizava do homem como sua ferramenta de criação. Desta forma, segundo Ferreira Azzi (2011), a arte não era entendida como uma produção humana, mas sim como uma revelação de Deus.

Uma grande mudança de pensamento ocorreu com o advento do movimento renascentista. Durante o Renascimento houve um grande interesse por tudo que tinha origem na antiguidade grega e romana. Surgem então os antiquários, que realizaram a coleta e catalogação de moedas, esculturas, documentos, além de diversos outros tipos de objetos. Os renascentistas também demonstraram interesse pelas ruínas.

Para Ferreira Azzi (2011), antes de qualquer coisa, devemos investigar a prática do colecionismo quando buscamos fazer uma história do patrimônio. Segundo Funari e Pelegrini (2014), alguns estudiosos afirmam que o patrimônio moderno deriva, de uma maneira ou de outra, do Antiquariado.

O conceito de patrimônio se transformou ao longo da sua trajetória histórica, como pudemos observar. A ideia de patrimônio, assim como temos nos dias de hoje, surgiu com a formação dos Estados Nacionais na Europa, em busca da criação de uma identidade nacional, como afirma Costa:

A noção de patrimônio como a conhecemos hoje nem sempre foi assim, sua função foi sendo modificada ao longo dos séculos, incorporando novos valores e perdendo antigos referenciais. Apresentando-se como objeto de preocupação já durante a segunda metade do século XIX, a noção de patrimônio consolida-se mesmo com os processos de formação dos Estados Nacionais, onde serve como justificativa ideológica para a construção de uma identidade nacional (COSTA, 2014, p. 334).

Funari e Pelegrini (2014) afirmam que o Estado Nacional surgiu a partir da invenção de cidadãos que compartilhavam não somente um território, mas também uma língua, uma cultura e uma origem. Esta invenção, segundo os autores, ocorreu através da utilização das escolas como instrumento de disseminação do patrimônio. A partir daí, podemos observar o surgimento de um patrimônio que não está restrito apenas ao âmbito privado ou religioso, mas que agrega todo um povo.

O objeto patrimonial se tornou o elo entre a memória e a nação, pois quando o bem patrimonial foi reconhecido coletivamente, possibilitou o surgimento de uma memória coletiva (FERREIRA AZZI, 2011). O idioma, institucionalizado a partir das escolas, exerceu papel fundamental na formação de uma população mais conectada. Percebendo a importância da cultura imaterial, passou-se a ser concebida uma nova noção de patrimônio:

No mundo ocidental, o termo patrimônio histórico, cujo conceito focava o monumento, a materialidade, aos poucos vem sendo substituído por um termo mais amplo, mais abrangente, o chamado patrimônio cultural, entendido como o conjunto dos bens culturais, referentes às identidades coletivas. Essa nova forma de abordar o assunto enriqueceu a noção de patrimônio, englobando sob a mesma perspectiva as múltiplas paisagens, arquitetura, tradições, particularidades gastronômicas, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos, os quais passaram, a partir daí, a ser valorizados

pelas comunidades e organismos governamentais nas esferas local, estadual, nacional e até mesmo internacional (TOMAZ, 2010, p.7).

A noção de patrimônio sofreu alterações significativas ao longo da sua trajetória histórica, até chegar ao entendimento que temos hoje. Porém, o seu atual conceito ainda não atingiu o seu estágio final. As constantes mudanças na conceituação deste termo visam acompanhar as transformações sociais de cada época. Quando se é preciso haver uma maior precisão, o termo é novamente redefinido (CHAGAS, 2007). Ferreira Azzi também acredita que o termo ainda se encontra sendo ressignificado:

(...) deve-se ressaltar que o termo patrimônio, ainda que tenha referências históricas concretas, apresenta na atualidade uma dimensão em construção, sujeita a constantes redefinições e novas reflexões sobre os campos aos quais se refere (FERREIRA AZZI, 2011, p. 360).

O processo de afirmação dos Estados Nacionais na Europa teve então como alicerce a relação entre o patrimônio cultural e a memória social. Esta memória social é compreendida como aquela compartilhada por um determinado grupo, tendo como referenciais os marcos sociais, ou seja, os fenômenos sociais que produzem recordações para um grupo e podem ser transmitidas para outros indivíduos ou para toda sociedade (PEIXOTO, 2009). Estes marcos sociais podem ser tanto elementos imateriais, como as tradições de um povo ou a sua culinária; quanto os materiais, como por exemplo, pequenos objetos ou mesmo grandes construções. Desta forma, podemos compreender a conexão entre memória e patrimônio, que caminham lado a lado na construção do passado de um povo.

A memória é objeto de estudo para muitas áreas do conhecimento, científicas ou não. Filósofos, psicanalistas, biólogos e antropólogos são exemplos de profissionais que desenvolveram pesquisas nessa temática e buscaram conceituar a memória ao longo dos anos. Durante este processo, foi sendo desenvolvido um conceito onde há grande aproximação no entendimento por parte das diferentes áreas científicas (PEIXOTO, 2009).

Assim como o patrimônio, a memória ainda está sendo conceituada, mas pode ser entendida como “uma faculdade complexa que conserva, esquece, transmite,

destrói, embeleza ou expulsa o passado de acordo com os conflitos e as necessidades pessoais ou coletivas do presente” (PEIXOTO, 2009, p. 98).

As Ciências Humanas utilizam, frequentemente, dados gerados a partir de outras ciências para auxiliar as suas pesquisas. Isto também ocorre no desenvolvimento de trabalhos inseridos no campo da memória, pois há um limite em que os cientistas humanos não conseguem ultrapassar. Assim, torna-se necessário o auxílio de outras ciências, que podem fornecer, por exemplo, informações de caráter biológico, como os aspectos e falhas da memória.

Dentro das Ciências Humanas, conforme Peixoto (2009), a Antropologia é a ciência que mais tem se ocupado com as questões relativas à memória. Entretanto, a autora afirma que esta ciência não está objetivando conceituar a memória, mas sim buscando compreender os mecanismos utilizados para elaboração das modalidades de memória que são utilizadas para representar, no presente, o passado tanto do indivíduo quanto do coletivo.

Para o senso comum, a memória nada mais é do que simples lembranças individuais do passado. Contudo, pensá-la desta forma reduziria e limitaria as possibilidades futuras de análises sobre o tema (OLIVEIRA, 2005). A memória não pode ser compreendida como um pacote de recordações imutável. Diferentemente disso, compreendemos que ela vive em um processo constante de construção e transformação, que surge no presente para responder solicitações atuais, sofrendo flutuações no momento em que é articulada e estando inteiramente estruturada pelas preocupações desse momento (MENESES, 1992; OLIVEIRA, 2005; POLLAK, 1992). A memória, porém, da mesma forma que está sendo construída e transformando o presente, está fazendo parte da construção e da transformação do hoje.

A memória coletiva tem o papel de integração, inserindo os indivíduos em cadeias identitárias no momento em que gera distinção e diferenciação em relação ao outro (OLIVEIRA, 2005). Isto ocorre porque ao identificarmos o semelhante, nós nos damos conta que existe o diferente, aqueles que não compartilham conosco uma mesma memória. Os seres humanos como seres sociais apresentam a necessidade de viver em comunidade, sentindo-se pertencente a uma coletividade, e é por isso que sempre busca essa integração. Agindo como um elemento de construção social, a memória contribui no processo de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional (MENESES, 1992).

Halbwachs (1990) aponta que a memória do grupo acaba influenciando as memórias dos seus indivíduos, mesmo que estes acreditem que estão pensando integralmente por si sós. Para o autor, de uma maneira ou de outra, cada grupo social busca a persuasão junto aos seus membros. Agindo assim, é reforçada a coesão do coletivo, que pode convergir o pensamento dos seus integrantes para a mesma direção.

Santos (2003) também afirma que a memória é fruto de um processo de interação social que está tanto dentro do indivíduo quanto fora dele. Para a autora:

O que é preciso compreender é que indivíduos não armazenam uma totalidade de experiências passadas. Ao lembrar um episódio vivenciado no passado (memória episódica), o indivíduo reconstitui o que aconteceu, primeiro, a partir de uma massa ativa de reações ou experiências do passado organizadas, ou seja, a partir de uma estrutura já existente, como a linguagem, e de uma disposição que ele tem para lembrar (que pode ser associada à memória à memória-hábito), e, segundo, a partir dos fragmentos que remanesceram da experiência vivenciada. Podemos dizer, portanto, que estamos sempre reconstituindo o passado a partir do legado que o passado deixou em nós e que o balanço entre as determinações do passado e do presente não é jamais dado *a priori* (SANTOS, 2003, pp. 275-276).

Segundo Pollak (1989), Halbwachs entendeu a memória coletiva como algo positivo, servindo como elemento de coesão social, sem que isso ocorresse de forma coercitiva, mas sim pela adesão afetiva ao grande grupo. Dessa forma, a memória social não foi vista como impositiva ou um instrumento de dominação ou violência simbólica. Porém, Pollak afirma que Halbwachs já reconhece o caráter potencialmente problemático que a construção de uma memória social pode ter, quando insinua que há um processo de “negociação” para conciliar a memória coletiva e memórias individuais.

O foco no caráter problemático existente na construção da memória social passou então a marcar os trabalhos sobre o tema sob a perspectiva construtivista:

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicadas à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias (POLLAK, 1989, p. 4).

A construção de uma memória coletiva é cercada por tensões sociais. Do mesmo modo que pode unir um grupo, ela também pode servir como elemento de desagregação. Moura (2012) explica que isso pode ocorrer pelo fato que determinada forma de significar a memória pode despertar em uns o desejo de lembrança, enquanto que em outros integrantes do mesmo grupo poderá criar uma vontade de silenciar ou dar por esquecido o passado.

Para Le Goff (1990), esta construção faz parte da luta das forças sociais pelo poder, onde as classes, os grupos e indivíduos que dominam ou dominaram as sociedades históricas buscaram ser senhores da memória e do esquecimento. Assim, o autor acredita que os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores quanto aos mecanismos da manipulação da memória social. Por isso, para uma melhor compreensão da sociedade, não devemos voltar nossa atenção apenas para o que por ela foi lembrado, mas também devemos nos ater naquilo que foi esquecido. Muitos grupos sociais foram excluídos por muito tempo da história oficial, como por exemplo, escravos, mulheres e minorias sociais. Meneses (1992) afirma, porém, que não basta apenas dar voz aos silenciados, pois é fundamental compreender as significações do silêncio e do esquecimento e as “regras desse jogo”.

Os elementos que apóiam nossas memórias foram definidos por Nora (1993) como *lugares de memória*, podendo ser desde monumentos, arquivos, celebrações ou até mesmo a prática de um minuto de silêncio. Para o autor, os lugares de memória são criados porque as sociedades-memória – aquelas que conservavam e transmitiam os seus valores – findaram, dando lugar a um mundo acelerado, que reproduz um passado morto. Os lugares de memória são, portanto, resultado de uma sociedade que apresenta a ausência de uma memória espontânea, que precisa desses elementos para construir suas memórias, pois “se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1993, p.13).

2.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

No Brasil, a ideia de patrimônio se desenvolveu relacionada a questões de formação da nação, mas foi ameaçada constantemente pelos ideais desenvolvimentistas (COSTA, 2004), que pregavam o desenvolvimento das cidades brasileiras sem que houvesse uma preocupação com as questões patrimoniais.

Já na segunda década do século XX, intelectuais que posteriormente estariam ligados ao movimento modernista, mostraram-se preocupados com a possibilidade de perda irreparável de monumentos brasileiros, sobretudo daqueles relacionados à arte colonial (TOMAZ, 2010).

No ano de 1937 foi criada a primeira instituição no Brasil centrada na proteção e conservação do patrimônio cultural, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este órgão foi criado vinculado ao Ministério da Educação e Saúde (MES) a partir da Lei Nº 378, art. 46, assinada pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, que dizia:

Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 1937).

Segundo Costa (2004), a primeira ação do SPHAN foi a construção de um discurso a respeito do patrimônio histórico e artístico nacional e o seu objetivo máximo teria sido a sua institucionalização. Ainda em 1937, com o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro, houve a regulamentação do tombamento dos bens móveis e imóveis, sob a atuação do SPHAN. Este órgão funcionou durante nove anos, tendo realizado o tombamento de um total de 474 bens, sendo 246 apenas no primeiro ano de funcionamento (REZENDE, 2015).

Com o Decreto-Lei nº 8.539, de 02 de janeiro de 1946, o SPHAN se transformou em Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (DPHAC), ainda vinculado ao MES. As seguintes atribuições foram dadas ao DPHAC:

I – a catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil; II – medidas que tenham por objetivo o enriquecimento do patrimônio histórico e artístico nacional; III – a proteção dos bens tombados na conformidade do Decreto-lei número 25, de 30 de novembro de 1937 e, bem assim, a fiscalização sobre os mesmos, extensiva ao comércio de antiguidades e de obras de arte tradicional do país, para os fins estabelecidos no citado decreto-lei; IV – a coordenação e a orientação das atividades dos museus federais que lhe ficam subordinados, prestando assistência técnica aos demais; V – o estímulo e a orientação no país da organização de museus de arte, história, etnografia e arqueologia, quer pela iniciativa particular, quer pela iniciativa pública; VI – a

realização de exposições temporárias de obras de valor histórico e artístico, assim como de publicações e quaisquer outros empreendimentos que visem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 1946a).

Na década de 1950, tanto o governo quanto a sociedade perderam o interesse pela problemática do patrimônio, por causa da onda desenvolvimentista que se instalou no país (COSTA, 2004), durante o governo de Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas “50 anos em 05”. Na década seguinte, segundo Costa (*idem*), houve uma revalorização do patrimônio que, além de funcionar como instrumento de integração nacional passou a ser um elemento turístico, momento em que surgiu a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

A década de 1970 marcou uma ruptura de paradigmas no campo patrimonial. Para Costa (2004), é neste período que ocorrem as mudanças mais significativas no campo do patrimônio, quando aqueles que ele chama de “*excluídos da história*” passaram a ser valorizados diante da concepção de diversidade cultural. Segundo este autor, começam a ocorrer mudanças profundas com a valorização das culturas regionais, que abarcou a multiplicidade e diversidade do cotidiano das populações, onde uma nova concepção de identidade nacional começou a ser garantida. Começou-se a trilhar a construção de uma história mais democrática, passando a valorizar os mais diversos segmentos da sociedade.

Após a década de 1970, ocorreu o aumento da complexidade cultural no discurso do patrimônio, sendo levantadas questões sobre conjunto cultural, patrimônio ambiental, produtos de práticas culturais e lugares de memória (COSTA, 2004). O conceito de patrimônio então evoluiu ao ponto de abranger uma multiplicidade maior de áreas. Assim como no contexto mundial, o Brasil passou a valorizar a cultura imaterial. O conceito de patrimônio nacional, que até então estava ligado à preservação de bens imóveis foi repensado, sendo possível realizar tombamentos de bens que não se restringissem a natureza material (TOMAZ, 2010).

Hoje a noção de patrimônio cultural contempla uma grande diversidade de segmentos. Entretanto, ainda presenciamos uma maior valorização pelos elementos que estão ligadas às elites. Este cenário, porém, pode ser transformado com o desenvolvimento de trabalhos focados em aspectos multiculturais, que apresentem o objetivo de inserir a população nas atividades preservacionistas. O tombamento de

elementos da cultura material e imaterial brasileira é assegurado hoje pelo artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988, que abrange toda uma diversidade cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

2.3 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Hoje, na nossa sociedade, observamos um grande debate a respeito do que deve ser preservado. Para Chagas (2007), presenciamos um maior número de pessoas (seja organizadas em grupos ou mesmo individualmente) que estão interessadas na dimensão sociocultural do campo do patrimônio, não somente na vertente jurídico burocrática. Atualmente, sobretudo com o advento das mídias sociais, as informações são geradas e compartilhadas em tempo real para todo o mundo. Desta forma, tornou-se possível que a população fosse atraída mais facilmente para os debates preservacionistas.

Diante do maior interesse pelo patrimônio, cresce a discussão sobre o que deve ser preservado. Tomaz (2010, p. 6) afirma que “o que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação”. Assim, não basta apenas que este bem apresente uma origem recuada para que possa ser tombado. Segundo Azevedo Netto (2008), atualmente está sendo apontado como alvo de preservação não apenas aquilo que se destaca pela raridade ou excepcionalidade, mas sim aquele patrimônio que foi alvo de estudos e que apresenta informações que possam ser repassadas e incorporadas pela comunidade. Desta forma, para que as ações preservacionistas se mostrem pertinente é imprescindível que o patrimônio esteja contextualizado e tenha uma relevância social.

Para Dantas (2013), nem tudo que é produzido ou apreciado pelo homem pode e deve ser preservado. Por isso, torna-se necessário haver uma seletividade, princípio

interpretativo, mas baseados em critérios estabelecidos pela legislação a partir do art. 216 da Constituição Federal de 1988, que segundo a autora:

(...) estabeleceu como parâmetro de seleção a representatividade do bem ou conjunto de bens para a memória (referente ao passado e à ação passada), a identidade e a ação (presente) dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira. Portanto, o patrimônio cultural selecionado e transmitido deve ser capaz de representar simbolicamente esses grupos, nos aspectos da identidade, ação e/ou memória, e só então será legítima a ação estatal do esforço de preservação, especialmente quando consideramos o dispêndio de recursos públicos (DANTAS, 2013, p. 233).

Pensando uma política de preservação, Tomaz (2010) afirma que esta não deve ater-se apenas às práticas preservacionistas. Para o autor, deve ser abarcado todo o universo que constitui a preservação patrimonial, que inclui os critérios de seleção de bens, as justificativas para a proteção e os envolvidos – tais como a sociedade e o estado. Ele ainda declara que as ações de preservação patrimonial devem buscar a conservação de traços da vida comum, do cotidiano de uma sociedade localizada em determinado tempo e espaço. Para Tomaz:

A conservação de bens patrimoniais deve ter por objeto edificações que tenham um significado coletivo para determinada comunidade, pois se perpetua a memória de uma sociedade preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história (TOMAZ, 2010, p. 5).

Azevedo Netto (2008) aponta dois focos pelos quais a preservação do patrimônio arqueológico pode seguir, mas que pode ser estendido para todos os outros tipos de patrimônio: base legal e base educacional/informacional.

A base legal consiste no apoio que a preservação recebe por meio das leis, decretos-lei, portarias, resoluções e normas. Através dos meios legais, o governo pode oferecer meios para a proteção do patrimônio.

A base educacional/informacional ocorre através da disseminação das informações patrimoniais, em busca da criação na população de uma consciência preservacionista ligada às questões da memória.

Ações de educação e informação, não podem ficar restritas a uma parcela da população, mas sim deve buscar atingir o maior contingente de pessoas possível. Segundo Azevedo Netto (2008), estas ações devem ser compartilhadas no meio

acadêmico, dentro da população geral e também daquela inserida no entorno do patrimônio.

No meio acadêmico, a divulgação de informações referente aos patrimônios pode ocorrer por meio formal, quando se trata de publicações de livros e artigos, por exemplo; e informal, ocorrendo através do contato estabelecido nos congressos e até mesmo em grupos de pesquisas. Este meio se restringe à academia, não alcançando o grande público em geral, que não tem acesso às universidades.

A divulgação de informação através dos veículos de comunicação em massa visa atingir a grande maioria população, que não é contemplada com as informações geradas dentro da academia. Azevedo Netto (2008) cita como exemplo as reportagens em redes de televisão aberta, jornais de grande circulação, revistas de generalidades, como também campanhas pontuais de preservação. Além dessas possibilidades, o autor também cita os programas de televisão a cabo, que não abrangem o mesmo número de pessoas da televisão aberta, mas ainda assim conseguem atingir um grande contingente populacional.

A preservação está intrinsecamente ligada a ações educativas junto à população do entorno. É fundamental que as informações cheguem à comunidade na qual está inserido o patrimônio, com o objetivo de se criar um vínculo afetivo com a população local e uma conscientização sobre a importância da preservação. Quando uma população se apropria de determinado patrimônio, reconhecendo como parte da sua história, as chances de preservação são muito maiores, pois ela irá integrar os esforços preservacionistas. Pensando desta forma, Silva (2009) aponta que a preservação de um determinado bem patrimonial, por parte da população, só ocorre quando há uma aceitação afetiva desse bem, ou ao menos quando lhe atribui um significado particular. Para Tomaz (2010), preservar o patrimônio histórico é relacioná-lo com as interações humanas a ele ligadas:

A preservação tem por objetivo guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser. Torna-se também imprescindível relacionar os indivíduos e a comunidade com o edifício a ser preservado, visto que uma cidade no seu cotidiano tem sua identidade refletida nos lugares cuja memória os indivíduos constroem no dia-a-dia (TOMAZ, 2010, p.6).

Este processo de trabalho educacional é conhecido como Educação Patrimonial, que é definido por Horta (1999) como um instrumento de “alfabetização

cultural”, que utiliza do Patrimônio Cultural como a sua fonte primária de conhecimento e enriquecimento do indivíduo e do coletivo, possibilitando uma leitura e compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica na qual o sujeito está inserido. A Educação Patrimonial está longe de ser uma simples divulgação do patrimônio, estando ligada diretamente à valorização do Patrimônio Cultural (FLORENCIO, 2012). Isto ocorre a partir do momento em que o desenvolvimento desta atividade instiga nas pessoas o interesse por questões relativas à sua memória e identidade, tanto individual quanto coletiva.

Para Scifoni (2015, p. 195), a Educação Patrimonial no Brasil não está sendo desenvolvida de maneira correta, sendo ainda um campo de ação “em construção, não consolidado, amplo, diverso e contraditório, não suficientemente fundamentado, multidisciplinar e interdisciplinar por natureza”. A autora afirma que é comum a Educação Patrimonial exercer papel secundário nos trabalhos em volta do Patrimônio Cultural. Desta forma, o maior desafio encontrado hoje no país neste campo seria torná-lo essencial em todo trabalho de identificação patrimonial.

2.4 ÉTICA PROFISSIONAL

A cidade está carregada de marcos sociais que referenciam as memórias das populações vivas. Desta forma, entendendo um patrimônio cultural como um marco social, a escolha por aquilo que irá ser preservado ou esquecido influenciará diretamente na construção da memória do grupo. Por isso, Oliveira (2005) afirma que a produção do conhecimento arqueológico acerca dos patrimônios culturais irá contribuir para a construção, consolidação ou transformação de memórias, tanto coletivas quanto individuais dessas populações.

Para Oliveira (*idem*), o centro da cidade de Porto Alegre pode ser entendido como um lugar onde as memórias dos porto-alegrenses e seus respectivos grupos se apoiam e se constroem. Podemos levar essa afirmação para as tantas outras cidades, que carregam a história daqueles que nelas estiveram e que evocam sentimentos e emoções naqueles que hoje estão. A importância da cidade como estímulo da memória foi exaltada por Tomáz:

Ao se contemplar um espaço de relevância histórica, esse espaço evoca lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados (TOMAZ, 2010, p. 2).

Percebendo a importância do patrimônio na formação da memória, entendemos a importância do trabalho dos agentes de preservação. Por isso, nas pesquisas no campo da memória social estão inseridas condutas éticas e políticas que devem ser reconhecidas como interferência (MOURA, 2012). O pesquisador e/ou agente de preservação interfere no momento em que decide o que deverá ser preservado, participando do processo de construção da memória social de um grupo. Por isso, para que a interferência não seja negativa, é fundamental que exista uma postura crítica em relação às posições e seleções efetuadas na construção do passado (OLIVEIRA, 2005). Para Silva (2009), um trabalho desenvolvido a partir de preceitos éticos possibilitará que não ocorra interferência direta na auto-identificação das comunidades.

Atualmente, os pensadores das práticas educativas patrimoniais estão alertando contra o fato de existirem ações que interferem no pensar e no sentir das comunidades, sugerindo que nunca ocorram imposições de valores, mas sim ações que promovam a reflexão das pessoas acerca da sua própria cultura (SILVA, 2009). Esta seria uma forma de condução ética do trabalho profissional envolvido numa pesquisa inserida dentro do campo da memória e do patrimônio.

Através do estudo da memória social, o pesquisador poderá contemplar uma parcela da sociedade que antes não via a sua trajetória ser contada pela história oficial. Grupos marginalizados puderam, a partir do desenvolvimento de pesquisas de suas memórias coletivas, ter as suas histórias reconhecidas, contadas e preservadas. Moura (2012, p. 32) define como memórias subterrâneas aquelas que vivem à sombra e à margem de contextos hegemônicos, afirmando: “(...) São lembranças que historicamente correm em paralelo e por fora da maior parte dos discursos oficiais ou nacionais, sendo fruídas nos espaços intersubjetivos que lhes dizem respeito.”.

O pesquisador, ao entrar em contato com uma comunidade, demonstrando interesse pelos elementos da sua cultura, estará mostrando que ela possui relevância

social. Assim, o grupo passará a se sentir valorizado e reconhecido. Observando isso, Silva escreveu:

A descoberta de que seus saberes, seus afazeres, seus costumes, suas tradições constituem um corpus patrimonial da maior significância para o restante da região e do país, e são símbolos de uma identidade própria, diferenciada dos vizinhos, proporcionando-lhes a autoconfiança que lhes confere a cidadania (SILVA, 2009, p. 5).

Silva (2009) aponta para os elementos imateriais, mas também devemos dar destaque aos elementos materiais, como os objetos e as edificações, que também fazem parte da cultura de uma população e o seu reconhecimento contribui para a sua autoconfiança.

2.5 ESTUDOS DE CASO NA TEMÁTICA MEMÓRIA-PATRIMÔNIO

O Patrimônio é tido como objeto de estudo há muito tempo. A memória, por sua vez, ganhou espaço dentro das ciências humanas e sociais a partir das últimas décadas do século XX. Contudo, hoje enxergamos que ambas as temáticas estão intimamente ligadas dentro do campo de pesquisa arqueológico, na medida em que a construção da memória pode estar alicerçada no patrimônio, que carrega uma bagagem de símbolos do nosso passado.

O interesse pelo estudo da relação entre memória e patrimônio não está restrita apenas à Arqueologia, sendo objeto de interesse dentro das Ciências Humanas em geral. Citamos aqui dois exemplos de trabalhos que se propuseram a discutir essa relação. As análises desses textos nos ajudaram a identificar problemas e potencialidades no desenvolvimento de pesquisas voltadas para esta temática, de modo que contribuíram para a realização do nosso trabalho. Primeiramente, Daniel Bertrand (2010) em *Patrimônio, Memória e Espaço* buscou compreender como a instalação da cultura açucareira à margem do Rio Ceará-Mirim definiu a organização espacial da região que acabou ficando conhecida como Vale do Ceará-Mirim. Em seguida, José Furtado (2015) em *História e Memória Entre Ruínas: O Patrimônio Ferroviário de Além Paraíba* refletiu sobre a relação entre população, patrimônio e política patrimonial na construção de significados.

O trabalho desenvolvido por Bertrand apresentou em seu título três elementos que deveriam ser chaves no seu texto: patrimônio, memória e espaço. Contudo, a memória parece ter ficado em segundo plano. O foco do autor acabou sendo a transformação da paisagem na região do Vale de Ceará-Mirim, localizado no Estado do Rio Grande do Norte. Desta forma o patrimônio açucareiro e a modificação do espaço ganharam destaque na pesquisa.

Bertrand (2010) concebe a paisagem de duas maneiras: como uma representação material das práticas sociais, formadas a partir da interação entre aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais; e também como um elemento que carrega toda uma bagagem histórica. Assim, o espaço não é visto apenas como uma porção geográfica, mas também é entendido como um dos próprios objetos de estudo.

As ruínas encontradas no Vale de Ceará-Mirim são testemunhos de um passado glorioso. Elas fazem emergir memórias do período de desenvolvimento econômico da região, fruto das atividades relacionadas à produção da cana de açúcar. São numerosas as construções que remontam a esse período, mas muitas delas hoje se encontram em estado de ruínas e em rápido processo de degradação.

Primeiramente, Bertrand (2010) contextualizou historicamente o processo de implantação da cultura açucareira na Província do Rio Grande do Norte, até chegar à região do Vale do Ceará-Mirim, descrevendo a sua importância econômica e como ocorreu o declínio desta atividade na região. Posteriormente, o autor abordou a evolução do conceito de patrimônio, demonstrando como passou no Brasil a abranger também as ruínas. Por fim, Bertrand lista os engenhos encontrados na região e descreve a situação em que cada um deles se encontra atualmente.

Até meados do século XIX, os engenhos, em pequeno número, não desempenhavam papel de destaque na economia da cidade de Ceará-Mirim. Até esse momento, havia na cidade toda uma estrutura voltada para a produção de outra atividade econômica, a pecuária. A principal atividade agrícola, até então, era a produção de algodão, enquanto pequenos proprietários de terras estavam voltados para a agricultura de subsistência (BERTRAND, 2010).

O cenário agrícola na cidade potiguar sofreu grandes transformações por volta da metade do século XIX. Essa mudança ocorreu em função de questões ambientais, a partir da grande seca que atingiu a região entre os anos de 1844 e 1846, que segundo Bertrand (2010) dizimou grande parte do rebanho, desarticulando toda a

atividade pecuarista na Província. Diante da crise instaurada, os antigos proprietários pecuaristas buscaram investir o que havia sobrado dos seus recursos em uma atividade mais sólida no cenário nacional. A busca por um novo produto levou os senhores de terra a investir na atividade açucareira, altamente lucrativa com o seu grande volume de exportação. A produção de açúcar já se fazia presente no Rio Grande do Norte antes desse momento, mas em uma escala muito menor, praticamente inexistente.

Em um relativo curto espaço de tempo, a produção do açúcar teve um grande salto na região, superando os lucros obtidos com a produção de algodão. O rápido desenvolvimento da produção no vale ocorreu junto a outras regiões do Rio Grande do Norte e pode ser notada quando vemos que no ano de 1845 a província contava apenas com cinco engenhos, saltando para o número de 144 em apenas nove anos. Para desenvolver a produção açucareira na região, em 1854 os engenhos potiguares já contavam com 1508 escravos, como aponta Bertrand (2010). Após esse rápido crescimento, o Rio Grande do Norte se tornou auto-suficiente no produto, não tendo mais a necessidade de importar o açúcar produzido no estado de Pernambuco. A produção de açúcar cresceu de tal forma, que, segundo o autor, os potiguares passaram exportar o excedente da sua produção.

A região conhecida como Vale do Ceará-Mirim compreende a uma área de 25 km de extensão por 02 km de largura, localizada à margem do rio Ceará-Mirim. Os engenhos de cana de açúcar de Ceará-Mirim se concentraram nessa região e a produção local possibilitou que a cidade se destacasse no cenário potiguar. Em 1860, a região já contava com 44 engenhos (BERTRAND, 2010).

A produção açucareira na região do Vale do Ceará-Mirim entrou em declínio nas primeiras décadas do século XX devido a uma série de fatores que foram elencados por Bertrand (2010). Primeiramente, faltaram melhorias tecnológicas que pudessem modernizar e melhorar o processo produtivo do açúcar. Outro fator foi a queda do valor comercial do açúcar no mercado internacional, gerando uma grande diminuição nos lucros obtidos pelos senhores de engenho. Bertrand também afirma que houve falta de melhorias na infra-estrutura da região, como criação de novas estradas, pontes e estradas de ferro. Além disso, diante de um novo aquecimento no mercado do algodão, o governo do estado do Rio Grande do Norte voltou a ter interesse na sua produção.

O declínio da produção do açúcar resultou no abandono de muitas terras por parte dos senhores de engenhos, já empobrecidos. Bertrand (2010) aponta, melancolicamente, que junto a esses senhores também houve o empobrecimento da região, que não lembrava mais os tempos de apogeu vividos na segunda metade do século XIX. Restaram as ruínas como testemunhas desse período.

Hoje a região do Vale do Ceará-Mirim possui outras atividades agrícolas que disputam o espaço rural, como o milho, coco, banana e feijão, mas o cultivo da cana de açúcar ainda se mostra muito presente.

Bertrand identificou vestígios de dezoito engenhos/usinas, muito deles em estado de ruínas. O autor apontou dois engenhos em que seus proprietários demonstraram interesse em manter as edificações preservadas e por isso foram encontrados em bom estado de conservação: os engenhos Mucuripe e Verde Nasce (Figura 2). O Engenho Verde Nasce, que foi fundado no ano de 1845, apresenta ainda todo o maquinário original. O autor aponta como culpado dessa deterioração os órgãos públicos, nas três esferas, junto com os proprietários e os moradores.

Figura 2 – Engenho Verde Nasce



Fonte: Bertrand (2010)

A memória, mesmo integrando o título do trabalho, ganha pouco espaço no texto de Bertrand (2010). Percebemos que esta temática poderia ter sido mais bem desenvolvida no trabalho, pois acabou ficando restrita há alguns poucos momentos em que o autor rememorava o apogeu vivido na cidade. Observando atentamente o texto, podemos perceber que são poucos os que conseguem de fato enxergar a relevância da história local e a sua importância a partir das construções. Desta forma, Bertrand poderia ter não somente identificado o problema, mas também ter trabalhado o conceito de memória social como uma possível ferramenta de preservação do patrimônio ameaçado, destacando a importância da sociedade neste processo.

O trabalho de Furtado (2015) se desenvolveu a partir do patrimônio ferroviário da cidade de Além Paraíba, localizada na Zona da Mata do Estado Minas Gerais. O autor possuía muitas motivações afetivas que o levaram a definir o tema da sua pesquisa. Natural e morador da cidade, ele também pertence a uma família de ferroviários, além de o próprio ter trabalhado em uma das oficinas ferroviárias além-paraibanas.

Primeiramente, o autor realizou uma contextualização histórica da cidade mineira, descrevendo o desenvolvimento desta cidade a partir da construção dos seus trilhos. Posteriormente, foi abordada a temática da memória, sendo apresentado o processo de patrimonialização construído sobre a memória ferroviária. Finalizando, o foco do trabalho foi voltado para o esvaziamento da memória.

A contextualização histórica, realizada por Furtado (2015), traçou toda a trajetória da atividade ferroviária na cidade, partindo desde o período da sua formação, ainda no século XIX. Em seguida foi abordado o processo de transformação ocorrido no cenário urbano, a partir da implantação ferroviária, onde podemos compreender a ferrovia como um instrumento de construção de espaços e territórios. Por fim, o autor chegou ao momento em que o aparato ferroviário perdeu o seu caráter de uso recorrente. Neste momento, final da década de 1980, o patrimônio ferroviário entrou no campo da história e da memória.

Como fontes de pesquisa, além dos livros que contam um pouco da história da cidade, também foram utilizadas matérias de jornais publicados em Além Paraíba desde o ano de 1922 e também as memórias do viajante e naturalista britânico George Gardner, que esteve na região em 1937.

Após discutir o processo histórico de formação do patrimônio ferroviário de Além Paraíba, o autor analisou o processo de patrimonialização que ocorreu quando o valor histórico e cultural da ferrovia foi reconhecido. Foi identificado o processo de arruinamento dos prédios e o empenho dos agentes de preservação, que buscaram a manutenção não somente física, mas também se empenharam em preservar o simbolismo desse patrimônio. Contudo, o autor afirmou que esses esforços não foram suficientes para a manutenção e ressignificação patrimonial.

Em 1989 ocorreram as primeiras ações preservacionistas na cidade, a partir da articulação política que envolveu a prefeitura, a secretaria de cultura do estado de Minas Gerais e a Rede Ferroviária Federal (que havia adquirido posse sobre as ferrovias além-paraibanas), resultando em um encontro voltado para a discussão do patrimônio ferroviário de Além Paraíba. Furtado (2015) analisou as políticas de preservação que ocorreram dentro de 25 anos, a partir desse primeiro encontro.

A necessidade de haver uma discussão sobre as políticas de preservação do patrimônio ferroviário na cidade tornou-se ainda mais necessária diante da iminente ameaça a sua existência. Segundo Furtado (2015), durante o período que ele analisou as políticas de preservação, houve muitas disputas travadas, tendo como plano de

fundo a problemática distinção entre o valor mercadológico e o valor histórico-cultural dos prédios do aparato ferroviário. Enquanto parte da cidade buscava a modernização urbana desenfreada, sem pensar nas consequências que esta poderia ter sobre o patrimônio histórico-cultural da cidade, existia uma pequena parcela capaz de lutar pela causa preservacionista.

Mesmo encontrando grupos empenhados em preservar a memória ferroviária e a cultura material proveniente de todo o seu aparato, a maior parte da população além-paraibana se absteve da discussão acerca da sua preservação. Isto ocorreu pois, quando o patrimônio ferroviário perdeu espaço no cenário econômico e social de Além Paraíba, deixando de ser a principal força motriz da cidade, a ferrovia não passou por um processo de ressignificação. As suas memórias não foram sendo repassadas geração após geração, gerando o afastamento e o silêncio por parte dos moradores quando o debate em volta da preservação foi iniciado. Para Furtado (2015), a menos que isso possa ser corrigido, fazendo com que este patrimônio possa ser colocado no dia a dia da população, onde possa existir a todo o momento uma ressignificação, a patrimonialização do aparato ferroviário da cidade jamais será efetivada.

Furtado (2015) conclui que a deterioração do patrimônio ferroviário de Além Paraíba ocorreu a partir de dois fatores: primeiro pela falta de entendimento entre a união, estado e município no que diz respeito a destinação do bem; e segundo pela inexistência de uma política patrimonial municipal que fosse capaz de resistir às mudanças de governo e estabelecer um plano de ações que proporcionasse a reintegração à sociedade do patrimônio por vias culturais. A demora do poder público em definir o futuro do patrimônio da cidade teria contribuído para que ocorressem disputas no judiciário, discutindo a posse das propriedades e a responsabilidade por elas.

As ações dos agentes de preservação foram iniciadas a partir de 2006, após ter sido promovida a demolição de parte do conjunto arquitetônico da oficina ferroviária de Porto Novo (Figura 3). Essa demolição expôs ao conhecimento público que toda a oficina iria passar a pertencer a Igreja Matriz de São José, que reivindicava a sua posse através de um contrato firmado no século XIX. Esses agentes de preservação buscaram conter o avanço da demolição comunicando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) do estado de Minas Gerais e o Ministério Público. Além desses

órgãos, também foram comunicados os jornais e rádios locais, na tentativa de conquistar o apoio da população para a causa. Contudo, Furtado afirma que apenas o silêncio pôde ser percebido.

A ferrovia foi a grande responsável pelo desenvolvimento da cidade de Além-Paraíba. Desta forma, o Patrimônio Ferroviário conseguiu conquistar grupos que lutassem pela sua preservação. Alguns historiadores se empenharam no levantamento documental, buscando informações que pudessem dar notório valor histórico a este patrimônio; e também existiram aqueles que se voltaram para a preservação buscando restaurar equipamentos e máquinas do aparato ferroviário.

Figura 3 – Oficina Porto Novo, parte do aparato ferroviário além-paraibano



Fonte: Furtado (2015)

Os trabalhos de Furtado (2015) e Bertrand (2010) trouxeram dois exemplos de cidades que, a partir de uma atividade econômica, viveram um estado de apogeu no século XIX. As duas cidades viram uma transformação não somente nas suas economias e sociedades, mas também nas suas paisagens. Porém, enquanto Além Paraíba se desenvolveu a partir da atividade ferroviária, Ceará-Mirim cresceu em

torno da atividade açucareira. Com o declínio, todo o aparato ferroviário e açucareiro destas cidades foi esquecido. Nos dois casos, o patrimônio não foi ressignificado pela população local, caindo em desuso e entrando em processo de deterioração. Diante disso, Furtado tentou utilizar a construção de uma memória social para buscar a preservação do patrimônio ferroviário de Além Paraíba. Já Bertrand volta sua pesquisa para uma descrição e análise do patrimônio material açucareiro, apontando para o estado de arruinamento deste, mas não entrando nas questões relativas à memória social como meio para possibilitar a preservação patrimonial. Desta maneira, buscamos nos aproximar mais do que foi proposto por Furtado, utilizando a memória social como uma aliada para a preservação do patrimônio.

2.6 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NA BICA DAS FREIRAS

A Bica das Freiras se apresenta como um elemento da cultura material da cidade de Penedo, estando ligada intimamente relacionada a questões patrimoniais e relativas à memória social.

A preservação do patrimônio em Penedo ainda está muito ligada aos grandes monumentos, como os seus casarões e as suas imponentes igrejas. Buscar a preservação da Bica das Freiras é apontar para a necessidade de romper esse paradigma, ao tentar conservar a memória do cotidiano, da vida comum, do passado das pessoas simples.

As origens desse patrimônio figuram no imaginário popular, mas o que sabemos de fato é que se trata de uma estrutura secular que serviu à população por um longo período. Se não pudemos ter acesso a informações referentes ao seu passado mais longínquo, sabemos que a estrutura serviu a uma população humilde durante boa parte do século XX. Os argumentos favoráveis à preservação da bica centram-se na sua participação ativa no cotidiano de diversas gerações de penedenses, tornando fundamental a sua inserção na memória social dos penedenses, para que esta possa ser reconstruída de maneira mais democrática.

O seu esquecimento se deu a partir do momento em que o espaço perdeu a importância funcional para a sociedade. As novas gerações, não tendo se relacionado com o patrimônio, não conservaram as memórias ali existente e muito menos criaram

novas. Este esvaziamento da memória acarretou na sua desvalorização e posterior estado de arruinamento, que hoje ameaça a sua existência.

Um estudo arqueológico na Bica das Freiras, a partir dos seus métodos de pesquisa que agregam diversas disciplinas, pode contribuir para levantar um debate envolvendo tanto à população da cidade, quanto as esferas governamentais. Assim, poderá ser dado um grande passo em busca da sua preservação.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO LEMBRADO

Existem muitas informações contraditórias na historiografia alagoana a respeito do início do povoamento de Penedo. Mero (1991) afirma que em 1545 já havia a presença de um arremedo de povoamento na região, identificada por Duarte Coelho em viagem exploratória aos limites da Capitania de Pernambuco. Porém, o autor aponta que a consolidação deste núcleo populacional só ocorreu em 1560, quando Duarte Coelho de Albuquerque, após assumir a capitania, rumou ao sul com sua bandeira e ordenou que ali fosse construída uma feitoria, marcando assim a fundação de Penedo.

O povoamento de Penedo não ocorreu por acaso. Uma série de fatores contribuiu para que a região fosse atrativa e considerada estratégica desde o início do período colonial brasileiro. O local marcava o extremo sul da Capitania de Pernambuco, estando localizado à margem esquerda do Rio São Francisco. Além disso, está situado muito próximo ao Oceano Atlântico. A existência de um porto natural que possibilitava o embarque e desembarque de pessoas e cargas foi outra característica positiva encontrada. O relevo da região, composto por morros, foi visto como excelente ponto de observação. Desta forma, Penedo foi considerada por muito tempo como uma grande porta de entrada ao interior e também como vigia do tráfego existente no São Francisco (MUNIZ, 2011).

A localização de Penedo possibilitou que a região pudesse se desenvolver e ocupar posição de destaque no cenário colonial brasileiro, passando de um pequeno povoado a uma das comarcas de Alagoas. Hoje a cidade apresenta um valioso Patrimônio Histórico Arquitetônico, fruto desse período de desenvolvimento econômico. O conjunto patrimonial encontrado na cidade apresenta grandes potencialidades de desenvolvimento de estudos arqueológicos, a partir da abordagem de diversas questões e problemas (ALLEN, 2009). São encontradas obras arquitetônicas remanescentes de diversos momentos históricos, passando desde as construções religiosas no estilo barroco do século XVIII até construções públicas do século XX (Figura 4).

Figura 4 – Exemplares do Conjunto Arquitetônico de Penedo



Fonte: Turismo Alagoas (2018)

O reconhecimento do valor histórico de Penedo, por parte dos órgãos públicos, pode ser notado a partir das obras de preservação do Patrimônio Histórico que são executadas na cidade. O Programa Monumenta, já encerrado, atuou na revitalização de diversos prédios do Centro Histórico. Atualmente, está em andamento no município o Programa PAC Cidades Históricas. Ambos os projetos fazem parte das ações do Governo Federal, a partir do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Como parte do processo de seleção para o ingresso no Programa Monumenta, Penedo listou uma série de ações que deveriam ser realizadas, caso a cidade fosse selecionada:

Quadro 1 - Ações Previstas para o Programa Monumenta em Penedo

Objetivos
• Reservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal; • Aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio; • Aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e estabelecer critérios para implementação de prioridades de conservação; • Aumentar a utilização econômica, cultural e social das áreas de projeto.
Itens a serem contemplados pelo Projeto Penedo/Monumenta
• Restauração da Igreja de Nossa Senhora da Corrente; • Restauração e revitalização do Mercado Público; • Restauração e revitalização do Pavilhão da Farinha; • Restauração da Igreja de São Gonçalo Garcia; • Restauração da Casa da Aposentadoria; • Recuperação, manutenção e revitalização de praças e logradouros; • Recuperação e revitalização da Orla; • Imóveis Privados: recuperação de fachadas e telhados (serviços externos). Dentre os imóveis privados está o Convento Nossa Senhora dos Anjos; • Recursos para Projetos e UEP (Unidade Executora do Projeto); • Recursos para Promoção Econômica, Cultural e Turística, entre eles, o programa de ações sociais para os comerciantes do Mercado Público, Pavilhão da Farinha e ambulantes do entorno; e dois estudos de viabilidade, quais sejam: o primeiro para um possível hotel a ser implantado no Convento Nossa Senhora dos Anjos e o segundo para definição do uso do piso inferior da Casa da Aposentadoria, proposto a princípio para um restaurante; • Recursos para Fortalecimento Institucional, Programas Educativos e Treinamento de Agentes Locais de Cultura e Turismo.
Fonte: Ramos (2015) (adaptação do autor)

Como podemos notar no quadro anterior, alguns patrimônios ligados à religião, comércio e política são vistos como de interesse à preservação. Além destes, devemos destacar os patrimônios ligados às artes, que foram revitalizados em outros momentos. Desta maneira, seguindo os reflexos das ações governamentais, a população penedense incorpora estes mesmos patrimônios a sua memória social.

Os prédios relacionados ao desenvolvimento artístico em Penedo também foram alvos de ações preservacionistas. Isto está ocorrendo por meio do Programa PAC Cidades Históricas. Este programa propõe ir além das intervenções físicas nos monumentos, buscando reforçar o sentimento de pertencimento e a cidadania dos brasileiros em relação aos símbolos da sua cultura. Em Penedo, suas ações possibilitaram trabalhos de restauração do Teatro Sete de Setembro, do Cine Penedo e do Casarão do Montepio dos Artistas, todos ligados às artes. Além destes, outras construções como o Casarão da Biblioteca de Penedo e o Chalé dos Loureiros foram contempladas.

3.1 A HERANÇA HOLANDESA

O período de ocupação holandesa em Penedo foi muito breve, tendo durado apenas oito anos. Entretanto, há uma hipervalorização deste momento por parte da população. Isto ocorre mesmo que não tenha sido preservado na cidade nenhum tipo de elemento material de origem flamenga². Se não há a preservação de vestígios materiais ligados aos holandeses, por outro lado, este período está presente no imaginário popular, que tenta relacionar algumas construções ao período holandês, acreditando que desta forma estará lhes dando um maior valor histórico. Assim, parte dos penedenses, erroneamente, atribui aos flamengos até mesmo edificações construídas posteriormente a sua passagem pela região. Neste contexto, a origem da Bica das Freiras também é associada a esse período.

Os holandeses invadiram a capital da Capitania de Pernambuco em 1630. A partir daí buscaram ampliar os seus domínios em terras brasileiras, conquistando territórios localizados no atual estado de Alagoas, que neste momento ainda fazia parte do território pernambucano. A importância de Penedo não passou despercebida, atraindo interesse dos flamengos, que invadiram a região em 1637, um ano após ter sido elevada a categoria de vila.

A invasão foi comandada pelo Conde Maurício de Nassau, que estava à frente da administração de Pernambuco. Com o objetivo de frear possíveis retaliações por parte dos portugueses, Nassau ordenou que fosse construída uma fortificação na região, que recebeu o nome de Forte Maurício. A imponência desta construção pode ser percebida por meio dos registros iconográficos holandeses (Figura 5). Além disso, também podemos notar a sua magnitude pelo tamanho do exército que o forte abrigava. Segundo Mero (1974), após a sua construção, Nassau o guarneceu com a presença de mil e seiscentos soldados, que foram postos à ordem do General Segismundo Van Schkoppe.

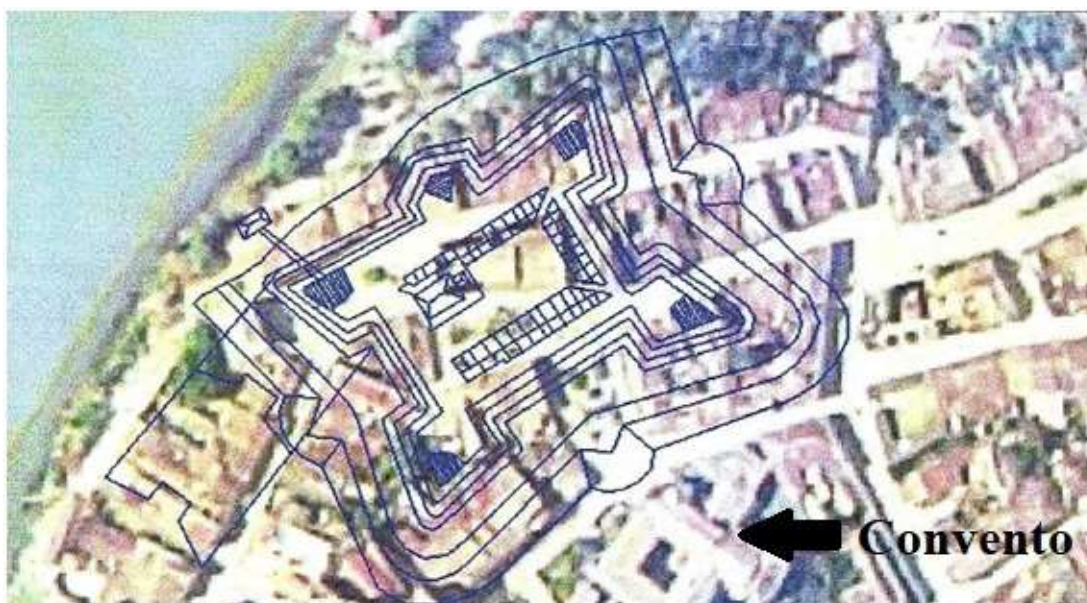
² Ainda que possam existir estruturas de construções de origem holandesa em subsolo, isto ainda não pôde ser comprovado de fato.

clero. Isto teria gerado uma insatisfação na população local, possibilitando o surgimento de novas incursões portuguesas contra os holandeses neste que era o último ponto fortificado no sul de Pernambuco.

A restauração de Penedo, segundo Mero (1991), ocorreu em 16 de setembro de 1645. Com a expulsão flamenga, o Forte Maurício foi destruído e o seu espaço foi reocupado por diversas construções que ainda hoje podem ser encontradas no Centro Histórico, como a Catedral, a Casa de Aposentadoria e a Praça Barão de Penedo (MUNIZ, 2011).

Em 2005, o arqueólogo Marcos Albuquerque, professora da UFPE, coordenou um trabalho de reconhecimento arqueológico na cidade de Penedo, que integrou o Laboratório de Arqueologia da UFPE e o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Albuquerque buscou indícios que pudessem levar à localização do Forte Maurício, através das análises comparativas entre a cartografia holandesa do século XVII e os mapas atuais da região. Após o desenvolvimento da pesquisa, o pesquisador achou mais prudente não afirmar, mas sim levantar uma hipótese da localização da fortificação (Figura 6). Segundo o arqueólogo, esta deveria ter sido construída no local em frente onde hoje se encontra o Convento Nossa Senhora dos Anjos, na Rua Sete de Setembro.

Figura 6 – Localização do Forte Maurício segundo Marcos Albuquerque



Fonte: Albuquerque (2005) (adaptação do autor)

Em 2011, a arquiteta da UFAL Bianca Muniz também desenvolveu um trabalho com o objetivo de identificar na atual Penedo a posição em que o forte holandês teria sido construído. Entretanto, Muniz, que utilizou o mesmo método aplicado por Albuquerque, foi um pouco mais além, ao apontar as permanências e transformações que ocorreram no traçado urbano. Após a análise cartográfica, diferentemente de Marcos Albuquerque, a autora entendeu que poderia atestar de fato a localização da fortificação. Ambos os trabalhos propuseram que a edificação holandesa estaria na mesma posição. Nos mapas a seguir (Figura 7), Muniz (2011) utilizou as cores pra identificar os mesmos trechos em épocas diferentes:

Figura 7 – Hipótese da localização da fortificação segundo Muniz



Fonte: Muniz (2011)

A grande importância dada pela população penedense ao período holandês pôde ser notada durante a realização da restauração da Casa de Aposentadoria. Este trabalho fez parte da implantação do Programa Monumenta na cidade, tendo como coordenador do acompanhamento arqueológico o arqueólogo Scott Allen. Segundo Allen (2009), por ser apontada como a área onde estaria localizado o Forte Maurício, as atividades arqueológicas no local atraíram um grande interesse da população. Este trabalho identificou antigas estruturas, mas que não puderam ser relacionadas de fato à fortificação, pois careciam de maiores informações.

3.2 A PRESENÇA DO CATOLICISMO

A Igreja Católica esteve presente em Penedo desde o início da sua colonização e ainda hoje possui uma presença marcante na cidade. Coube a ela, assim como em diversas outras áreas da colônia, catequizar os índios e contribuir para a formação dos terços militares indígenas, que deveriam auxiliar os terços dos homens brancos.

Com a restauração de Penedo, chegou ao fim a perseguição ao clero, que normalizou as suas atividades na vila. Como marco da vitória contra os holandeses, foi erguida uma cruz de pedra, localizada onde hoje se encontra a praça Dr. Manoel Clementino Monte, para anunciar às novas gerações que “este solo foi ensopado de sangue de nossos irmãos pela liberdade da nossa terra” (MERO, 1991). A retomada do catolicismo foi marcante para a constituição do cenário urbano, pois o conjunto arquitetônico religioso católico se destaca na atual paisagem penedense.

Para Mero (1991), o século XVII ficou marcado pela implantação da evangelização com a chegada das Ordens Religiosas Franciscanas, Beneditinas e Carmelitas. Já em 1658, um ano após a Custódia Franciscana ser instalada no Brasil, os franciscanos chegaram a Penedo (MERO, 1974). Neste momento, Penedo presenciou o advento do Barroco, que marcou o estilo arquitetônico de construções religiosas como o Convento Igreja Nossa Senhora dos Anjos (Figura 8), localizado na Rua Sete de Setembro.

Figura 8 – Convento Igreja Nossa Senhora dos Anjos, Penedo-AL



Fonte: Silva (2017)

Um belo exemplo do Patrimônio Religioso edificado em Penedo se encontra na Igreja de Nossa Senhora das Correntes, localizada em frente ao Rio São Francisco (figuras 9 e 10). Assim como o Convento Igreja Nossa Senhora dos Anjos, a Igreja das Correntes é um dos pontos que mais recebem visitação turística na cidade, sendo ambas também constantemente lembradas pela popula o quando questionada a respeito do Patrimônio Histórico penedense.

Figura 9 – Igreja de Nossa Senhora das Correntes



Fonte: Silva (2017)

Figura 10 – Altar da Igreja de Nossa Senhora das Correntes



Fonte: Silva (2017)

3.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O PATRIMÔNIO EDIFICADO

O desenvolvimento econômico de Penedo no século XVIII e XIX foi proporcionado pelo intenso movimento existente em seu porto, que realizava transações comerciais com diversas regiões do país e posteriormente até com outros países. Isto possibilitou a injeção na economia local de um grande volume de recursos, refletindo-se nas construções de diversos monumentos arquitetônicos. Muitos desses patrimônios resistiram ao tempo e ainda hoje estão preservados. A Casa de Aposentadoria, o Museu Paço Imperial, o Mercado Público e o Teatro Sete de Setembro são exemplos dessas edificações preservadas. Além de resistirem materialmente, também estão preservados na memória social penedense.

A passagem do Imperador Dom Pedro II por Penedo, em 1859, é uma das memórias mais marcantes na sociedade penedense. Este fato indica o prestígio político que a cidade gozava no século XIX, fruto do seu progresso. Em alusão a este fato, foi criado o Museu Paço Imperial no prédio onde o governante se hospedou, à margem do Rio São Francisco (Figura 11). Com o objetivo de preservar a memória desse acontecimento, existem no local alguns objetos que pertenceram ao imperador, além de uma mobília, aparelhos de jantar e diversas outras peças do século XIX. Este espaço colabora para que a memória da passagem de Pedro II pela região seja mantida até os dias de hoje. Segundo Mero (1974), o casarão que hoje abriga o museu foi fundado no final do século XVIII com um estilo colonial, mas sofreu alterações na sua fachada durante o período em que ali funcionou a Coletoria Estadual.

Figura 11 – Museu do Paço Imperial



Fonte: Silva (2017)

A Casa de Aposentadoria, situada na Praça Barão de Penedo, é um dos patrimônios que é constantemente lembrado pela população local (figura 12). Este prédio, na verdade, é resultado da reforma que unificou dois prédios vizinhos, a Cadeia Pública e o verdadeiro prédio da Casa de Aposentadoria (ALLEN, 2009). A data da edificação da cadeia é desconhecida, mas sabe-se que em 1636 ela já estava de pé, pois esta era uma das exigências para que o povoado fosse elevado à categoria de vila. A Casa de Aposentadoria só foi construída anos mais tarde, em 1782, com o objetivo de hospedar os representantes do governo. Porém, isto nunca ocorreu e o prédio passou a ser utilizado como Câmara-cadeia. Então, outra construção foi realizada, a Aposentadoria Nova, na mesma praça da primeira. Mero (1974) afirma também ser desconhecida a sua data de construção, mas diz que este prédio foi demolido em 1829 e no mesmo lugar, três anos mais tarde, foi construído outro sobrado, onde funcionou o Colégio Nossa Senhora da Conceição e hoje abriga a sede da Prefeitura da Cidade de Penedo (figura 13).

Figura 12 – Casa de Aposentadoria



Fonte: Silva (2017)

Figura 13 – Sede da Prefeitura Municipal de Penedo



Fonte: Silva (2017)

O Teatro Sete de Setembro, também lembrado constantemente pela população, está localizado no Largo de São Gonçalo (Figura 14). Segundo Mero (1991), a pedra fundamental deste prédio foi lançada no dia 08 de setembro de 1878, sendo inaugurado após seis anos de construção, em 07 de setembro de 1884 com a apresentação da peça “O Violino do Diabo”. Atualmente, o teatro está sendo restaurado através do Programa PAC Cidades Históricas.

Figura 14 – Revitalização do Teatro Sete de Setembro



Fonte: Silva (2017)

3.4 O PROGRAMA MONUMENTA EM PENEDO

O Programa Monumenta, do Governo Federal, executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, teve como meta a revitalização do Patrimônio Cultural urbano brasileiro (ALLEN, 2009). O Programa visava a capacitação de cada município selecionado, para que pudessem tornar seu patrimônio auto-sustentável. Desta forma, as cidades participantes se tornariam

capazes de gerar recursos essenciais para a preservação e conservação patrimonial, sem que houvesse a necessidade de injeção de novos aportes financeiros. Este Programa tinha imbuído um discurso de melhoria da qualidade de vida da população local, gerando emprego, renda e inclusão social (RAMOS, 2015, p. 151).

O valor do Patrimônio Histórico e Cultural de Penedo é reconhecido pelo seu tombamento nos níveis federal, estadual e municipal, como já citamos anteriormente. Porém, apenas isso não bastava para que o município fosse inserido neste Programa. A pré-seleção da cidade ocorreu por ela atender aos critérios preliminares exigidos pelo Monumenta:

Presença de, no mínimo, 02 (dois) Monumentos Tombados em nível Federal; presença de fatores que contribuam para a configuração do Conjunto Urbano, tais como: a inserção em estrutura urbana de interesse de preservação, a ocorrência de elementos urbanísticos catalizadores ou articuladores, assim como a existência de unidade histórica e morfológica do tecido urbano; e inserção em sítio protegido pelos níveis estadual ou municipal ou onde se registre a presença monumentos protegidos por esses níveis (BRASIL, 2005, apud RAMOS, 2015, p. 151).

Um diagnóstico prévio apontou o turismo como uma forte atividade econômica na cidade, contendo incentivos tanto da prefeitura quanto da população local. Neste relatório, segundo Ramos (2015), a população penedense foi apontada como tendo um alto grau de conscientização acerca do seu patrimônio histórico. Diante deste cenário, a atividade turística foi apontada como a principal ferramenta para tornar auto-suficiente o Patrimônio Histórico e Cultural de Penedo. A partir do turismo, a cidade teria o retorno financeiro, podendo conservar e preservar os seus monumentos históricos. Entretanto, a autora afirma que a realidade vivenciada era bastante diferente daquela relatada, pois os moradores locais não tinham consciência do seu patrimônio e tampouco a cidade apresentava uma atividade turística bem desenvolvida.

Penedo apresenta, além dos Patrimônios Históricos, hotéis, pousadas, restaurantes, lojas de artesanatos e o próprio Rio São Francisco, que são elementos que podem contribuir para o desenvolvimento turístico no município. Contudo, mesmo atraindo turistas de todo o país e de diversas partes do mundo, o turismo na região ainda possui uma grande margem para se desenvolver. Para isso, é necessário que

exista incentivo governamental, sobretudo estadual, que atualmente se dedica com mais esforços ao turismo de sol e praia.

Até o ano de 2010, quando terminou o repasse dos recursos do Programa Monumenta a Penedo, o município recebeu 12 milhões de reais em investimentos em obras de revitalização do Patrimônio Histórico, mas é evidente que as metas iniciais não foram atingidas, mesmo tendo ocorrido obras de restauração em diversos prédios, como no Mercado Público (figura 15), na Igreja de Nossa Senhora das Correntes e no Pavilhão da Farinha (RAMOS, 2015).

Figura 15 – Mercado Público de Penedo



Fonte: Silva (2017)

Os moradores do Centro Histórico de Penedo, em sua maioria, demonstram certa revolta por não poder realizar alterações nas estruturas e fachadas das suas residências. Morar no Centro Histórico de Penedo não é considerado algo positivo, pois “(...) as casas são consideradas velhas, de manutenção cara, e permanentemente vigiadas pelo IPHAN, o que “tira a liberdade do proprietário” (RAMOS, 2015, p. 163).

O descontentamento dos moradores do Centro Histórico se reflete na antipatia criada em relação ao IPHAN, que é visto apenas como um órgão de fiscalização e

punição. Os penedenses enxergam no IPHAN uma barreira para o desenvolvimento da cidade, pois estes associam desenvolvimento econômico à existência de grandes construções, não percebendo as potencialidades do Patrimônio Histórico para o avanço da economia local. Faz-se necessário realizar ações que aproxime a população do Instituto, facilitando a compreensão da população acerca da sua fundamental participação na preservação patrimonial.

O ensino da história de Penedo está presente na grade curricular do ensino fundamental das escolas da rede pública do município. A partir disso, poder-se-ia formar cidadãos conscientes do seu passado e da importância da preservação do seu Patrimônio. Porém, isto não está ocorrendo da maneira como de fato deveria estar:

Os professores reconhecem a necessidade, mas alegam que não têm condições para desenvolver o trabalho, por falta de subsídios (material de pesquisa, transporte para levar os alunos ao Centro Histórico, informantes para apresentarem os monumentos, etc.). O IPHAN, por sua vez, afirma que não tem um corpo técnico para desenvolver um projeto deste porte que envolve um trabalho com Educação Patrimonial (RAMOS, 2015, p. 165).

Segundo Ramos (2015), o Programa Monumenta não conseguiu atingir as metas traçadas inicialmente para a cidade de Penedo, pois não houve melhoria na qualidade de vida dos penedenses; não existiu um aumento de oportunidades de geração de renda; e não houve conscientização da população, por não ter sido desenvolvida as ações de Educação Patrimonial. A autora finaliza apontando que o Programa também não conseguiu criar a auto-sustentabilidade pretendida, não conseguindo fazer com que a recuperação e a preservação do Patrimônio proporcionassem desenvolvimento econômico para o município.

Diversos são os exemplos dos Patrimônios Históricos lembrados pelo governo e pela população penedense. Contudo, os patrimônios que estão relacionados ao passado do cotidiano dos mais humildes não recebem a mesma atenção. Desta forma, patrimônios como a Bica das Freiras caíram no esquecimento.

Informações acerca das origens históricas da Bica das Freiras são poucas e contraditórias. Segundo Allen (2011b), em 17 de janeiro de 1993 o Jornal Gazeta de Alagoas publicou uma matéria, subsidiada por historiadores, afirmando que a bica teria sido construída ainda no século XVII. Além disso, o mesmo texto informava que a estrutura fazia parte de um conjunto arquitetônico que incluía a Capela de São

Gonçalo do Amarante e uma escola de latim e português. Contudo, o documento “Resumo Histórico dos Monumentos de Penedo”, presente nos arquivos da Prefeitura do Penedo, afirma que a construção teria ocorrido no século XVIII, pelos frades Carmelitas. Se não podemos atestar a origem da sua construção, as antigas denominações – Bica das Freiras e Bica dos Frades – podem ao menos indicar que a estrutura foi utilizada no passado por ordens religiosas.

Em 2010, a Bica das Freiras foi alvo de uma ação preservacionista, proporcionada pela Superintendência do IPHAN do Estado de Alagoas. Houve a realização de um trabalho arqueológico, que também contemplou ações de Educação Patrimonial. Porém, a falta de um projeto de restauração aliada a falta de continuidade dos projetos educacionais não permitiram que a degradação do sítio chegasse ao fim.

4 A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E SUA METODOLOGIA

Lakatos e Marconi (2003) definem o método na ciência como um conjunto de ações sistemáticas e racionais que permitem alcançar o objetivo de um estudo científico, os conhecimentos válidos e verdadeiros. A utilização destes métodos ocorre por meio da escolha de uma linha teórica, que irá direcionar o desenvolvimento da pesquisa, da análise e da interpretação. Para Cisneiro (2003), o emprego de teorias na Arqueologia dá a possibilidade ao arqueólogo de trabalhar cientificamente a partir dos vestígios materiais encontrados.

Assim como as demais subdisciplinas arqueológicas, a Arqueologia Histórica sofreu influências de diversas correntes teóricas ao longo da sua trajetória histórica. Com o surgimento da Arqueologia Pos-Processual, na década de 1980 na Inglaterra, esta subdisciplina encontrou motivação no estudo do pensamento, não apenas na cultura material, abrindo espaço para abordagens de questões não tangíveis, como ideologia e identidade (COSTA, 2013). Porém, independente da corrente teórica, hoje a Arqueologia Histórica demonstra interesse no passado recente de grupos menos favorecidos, que muitas vezes não são contemplados pelas fontes oficiais (COSTA, 2010).

A Arqueologia histórica, ao estudar um período onde já podemos ter acesso à documentos escritos, é por vezes questionada. Por Esta razão, Costa (2010) aponta cinco motivos elencados por Anders André, na obra *Between Artifacts and Texts: Historical Archaeology in Global Perspective*, de 1997, para justificar a pertinência do desenvolvimento desta subdisciplina. A primeira delas seria a necessidade sensorial que temos de tocar o passado, possível através da cultura material, que nos possibilita uma aproximação maior e às vezes até mesmo uma imersão em momentos vividos anteriormente. O argumento seguinte se baseia na necessidade de se entender a linguagem através de um estudo filológico, tanto por a escrita estar apoiada em um suporte físico, quanto pelo fato de que a fala ou a ideia só é perpetuada sem a existência dos seus praticantes caso exista ainda um elemento material. O terceiro motivo seria a condição de a cultura material ser alicerce da memória, armazenando diversas e rotineiras práticas. O quarto motivo apontado por Anders, segundo Costa (*idem*), é a possibilidade de se fazer uma etnografia a partir dos objetos. Por fim, é utilizado o argumento de que a Arqueologia Histórica possibilita uma analogia entre povos históricos e pré-históricos.

Seja uma sociedade histórica ou pré-histórica, com ou sem escrita, o comportamento humano pode ser elucidado através dos métodos e técnicas propostos pela Arqueologia, pois esta lida diretamente com a materialização do comportamento humano (artefatos e vestígios em geral) espalhados no espaço (LIMA, 1985). Para Costa (2010, p. 14), “(...) desconsiderar que o objeto em si também possui suas próprias qualidades de informação é desconhecer não só o método, mas também a teoria na Arqueologia”.

A Arqueologia Histórica se diferencia pelo fato de poder apoiar os seus métodos de pesquisas em algumas fontes impensáveis quando se trata da Arqueologia Pré-Histórica. Orser Jr. (1992) afirma que esta subdisciplina utiliza diversas fontes, sendo as principais: as estruturas, os artefatos, a arquitetura, os documentos escritos, as informações orais e os materiais iconográficos. O desenvolvimento da nossa pesquisa ocorreu a partir da utilização de algumas das fontes citadas por este autor: fontes escritas, primárias e secundárias; orais e iconográficas.

4.1 DOCUMENTOS ESCRITOS

A utilização de documentos escritos por parte do arqueólogo pode, sem dúvida, enriquecer a sua pesquisa. Orser Jr. (1992) destaca a importância da utilização dessa documentação nos trabalhos desenvolvidos dentro da área de atuação da Arqueologia Histórica, afirmando que os arqueólogos devem trabalhar, parcialmente, como historiadores, compreendendo como encontrar e interpretar os documentos. Entretanto, para que não se desvirtue do caráter arqueológico, o autor afirma que isto deve ocorrer de uma maneira que as informações geradas a partir da escrita sejam integradas ao conhecimento obtido por meio das descobertas arqueológicas.

As fontes escritas podem ser divididas em primárias e secundárias. As fontes primárias podem ser definidas como fontes originais, criadas por quem esteve ligado diretamente aos fatos, podendo ser registros oficiais ou pessoais. As fontes secundárias são aquelas criadas a partir das fontes primárias, onde o autor não esteve ligado diretamente com o momento descrito. Ambas as fontes podem servir para o entendimento de dado momento histórico. Contudo, as fontes secundárias apresentam a possibilidade de analisar não somente o período relatado, mas também torna possível realizar análises do momento em que foram escritas. Sua construção,

cercada de interesses, pode contribuir para entendermos o que era visto como importante no momento em que foi concebida.

Muitas informações importantes podem ser encontradas na documentação escrita, seja ela primária ou secundária. Registros, certidões, livros ou mesmo relatos de viajantes e diários pessoais podem auxiliar tanto o historiador quanto o arqueólogo nas suas pesquisas. Contudo, a metodologia de análise aplicada a essas fontes deve levar em conta que tais documentos podem apresentar falhas e lacunas.

Orser Jr. (1992) destaca como a Arqueologia Histórica pode contribuir para sanar os problemas encontrados com a documentação escrita. Segundo o autor, estes documentos podem conter erros, intencionais ou não. Neste caso, existe a possibilidade do trabalho do arqueólogo corrigir as inexatidões existentes. Além disso, um documento escrito pode não contemplar todo o período de ocupação de um sítio arqueológico, então a Arqueologia poderá criar um panorama mais completo. Por fim, os registros escritos muitas vezes não contemplam os aspectos comuns da vida cotidiana, que são informações de interesse do campo arqueológico.

Como visto, a Arqueologia Histórica pode de fato servir para corrigir falhas deixadas pelos documentos escritos. Contudo, como afirma Lima (1985), não podemos entendê-la simplesmente como um método de pesquisa a ser utilizado para o estudo da História. Para a autora, através da fundamentação teórica antropológica, a Arqueologia Histórica pode atingir aspectos não-conscientes das estruturas tecno-econômicas, sócio-políticas, ideológicos, entre outras, que não estão presentes do registro escrito. Desta forma, podemos entender a escrita como uma ferramenta possível para ampliar o campo de visão do arqueólogo, mas a Arqueologia Histórica não pode ser reduzida a uma simples instrumento a serviço do historiador.

A busca por fontes escritas nesta pesquisa ocorreu para que essa documentação – primária e secundária – auxiliasse no entendimento do processo de lembrança e esquecimento do Patrimônio Arqueológico em Penedo. O registro histórico de um patrimônio indica a sua valorização. Enquanto isso, a ausência de informações de um determinado bem patrimonial indica que este está sendo preterido.

A pesquisa em busca de uma documentação escrita primária conseguiu levantar o relatório do Projeto Arqueológico realizado na Bica das Freiras no ano de 2010; o relatório do projeto de restauração do Convento Igreja Nossa Senhora dos Anjos; e o relatório do Reconhecimento Arqueológico do Forte Maurício, realizado por Marcos Albuquerque. Todos esses documentos foram obtidos junto à

Superintendência do IPHAN do Estado de Alagoas. Além destes registros, conseguimos localizar na Prefeitura Municipal de Penedo um documento “Resumo Histórico dos Monumentos de Penedo”, que de forma bastante breve aponta alguns dos Patrimônios Históricos penedenses. Além desses documentos, tivemos acesso a livros e artigos, que se caracterizaram como documentos secundários e estão descritos nas referências bibliográficas.

4.2 INFORMAÇÕES ORAIS

Muitos autores buscaram definir a história oral. Freitas (2006) a entende como um método de pesquisa que tem por objetivo registrar as narrativas da experiência humana a partir da utilização de entrevistas e outros procedimentos articulados entre si, possibilitando assim a criação de fontes históricas, que deverão ser armazenadas e conservadas. Para Borba et al. (2015), a história oral pode ser compreendida como uma ferramenta metodológica que auxilia o pesquisador a captar as memórias por meio de lembranças individuais e coletivas, onde os relatos e as interpretações contribuem para a compreensão dos aspectos do passado. Matos e Sena (2011) definem a história oral como um método de pesquisa que busca conservar e perpetuar lembranças, impressões e vivências daqueles indivíduos que podem compartilhar o seu passado, permitindo um conhecimento mais rico, dinâmico e colorido.

A partir do emprego da história oral, múltiplas e diferentes vozes são ouvidas, possibilitando o surgimento de outras versões do passado. Isto torna a história uma atividade mais democrática, pois permite a criação de uma versão a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado momento histórico (FREITAS, 2006). A fonte oral se mostra fundamental para a compreensão do tempo presente, pois é através dela que podemos conhecer os anseios, sonhos, crenças e lembranças do passado das figuras anônimas, que não possuem nenhum *status* político ou econômico, mas que também viveram os acontecimentos do seu tempo (MATOS; SENNA, 2011). Desta maneira, a participação popular na construção do conhecimento traz uma nova perspectiva, mostrando outro ponto de vista que não aquele presente nos registros oficiais, possibilitando a ampliação da percepção do pesquisador.

Segundo Orser Jr. (1992), assim como os documentos escritos, as fontes orais também se mostram como portadoras de informações sobre os sítios arqueológicos, às vezes até mesmo como as únicas fontes não-arqueológicas que podem contribuir para a pesquisa. Os relatos orais, porém, não devem ser considerados apenas como um instrumento de localização de sítios e vestígios, sem que seja considerado como um produtor de conhecimento. Através da oralidade, podemos ter acesso a importantes informações para a compreensão do contexto arqueológico que não estão presentes em fontes escritas, havendo a possibilidade de até mesmo contribuir para o surgimento de uma nova linha de pesquisa.

Orser Jr. (1992) ainda afirma que o conhecimento adquirido junto à população pode ser útil de uma maneira específica e de uma forma mais geral. De modo específico, a comunidade pode contribuir para o conhecimento da forma de fabricação e utilização de um determinado artefato, por exemplo. Numa perspectiva mais ampla, as informações podem contribuir para uma melhor compreensão geral do passado de um povo. Para o autor, essas informações auxiliam o arqueólogo a se aproximar da visão de mundo que a comunidade tem do seu passado.

Para a Arqueologia Histórica, o emprego de fontes orais é indispensável por possibilitar ao arqueólogo o acesso às memórias relacionadas ao patrimônio arqueológico, promovendo a interação entre os pesquisadores e as comunidades localizadas no entorno dos sítios (BORBA et al., 2015). Esta aproximação torna possível que o conhecimento histórico seja construído de forma conjunta, onde tanto o pesquisador quanto a população se mostram agentes ativos. Além de fornecer informações acerca das ocupações que existiram no sítio, as fontes orais possibilitam que o arqueólogo compreenda a atual relação do patrimônio com comunidade do entorno, que pode estar marcada pela manutenção original do seu uso, por uma ressignificação patrimonial ou mesmo pelo esquecimento.

Freitas (2006) entende que a potencialidade da história oral está centrada na viabilidade que esta possui em se integrar com outros tipos de fontes, em confrontar as fontes escritas com as orais e a sua utilização multidisciplinar.

Para utilizar as informações orais em seu trabalho, o arqueólogo deverá primeiro aprender com a história oral e a etnografia que os depoimentos colhidos podem não representar exatamente o passado como ele aconteceu (ORSER JR., 1992). Matos e Senna (2011) afirmam que muitos criticam a sua confiabilidade, indicando que as suas fontes são subjetivas, relativas à memória individual, podendo

ser falha ou fantasiosa. Porém, segundo as autoras, nenhuma fonte está livre da subjetividade, podendo ser insuficientes, ambíguas ou até mesmo fruto de manipulações. Assim, cabe ao pesquisador analisar as potencialidades e os perigosos existentes nas fontes utilizadas, sejam elas orais, escritas ou qualquer outra.

Para colher o depoimento é necessário realizar uma entrevista. Esta atividade ocorre a partir da relação de troca entre o entrevistado e o entrevistador, estabelecendo-se entre pessoas que apresentam experiências, formações e interesses diferentes (FREITAS, 2006). Desta maneira, ambos contribuem com o seu resultado final. A participação do depoente está no compartilhamento das suas memórias, escolhendo o que será dito e o que será omitido, seja de maneira consciente ou não. O pesquisador, por sua vez, também participa ativamente da construção dos resultados, pois além de definir o tema da pesquisa, será ele quem irá escolher quem será ouvido, mapeando os melhores sujeitos (DAVID, 2013). Além disso, caberá a este profissional interpretar os dados obtidos e chegar a uma conclusão.

A prática da história oral, porém, vai além da entrevista, englobando também a busca por informações para a elaboração de um roteiro para a entrevista, a transcrição e o armazenamento (BORBA et al., 2015). Para Borba et al. (2015), a ausência de um roteiro organizado, que dê foco ao estudo; a ausência de equipamento de gravação de áudio; e interrupções nos depoimentos contribuem para que não se atinja os objetivos desejados inicialmente.

A elaboração de um roteiro é uma etapa fundamental para o desenvolvimento de uma pesquisa. Segundo Freitas (2006), ele deve ser amplo, abrangente e deve ser utilizado em todas as entrevistas, em busca de certa unidade para os documentos que serão produzidos. Porém, não deve ser aplicado de forma rígida, pois podem surgir naturalmente diversas questões relevantes durante o discurso.

O entrevistador deve saber como conduzir a entrevista, as questões com maior importância para serem perguntadas e até que ponto deve ir. As entrevistas devem respeitar sempre a velocidade e as formas de se expressar dos entrevistados, não devendo limitar o seu tempo de duração, mas esta não deve ser prolongada o bastante para se tornar cansativa (FREITAS, 2006).

Pesquisas quantitativas também podem ser empregadas em pesquisas realizadas em ciências humanas e sociais (RODRIGUES et al., 2013). Segundo Rodrigues et. al. (2013, p. 13), os pesquisadores ao utilizarem este método “tendem

a utilizar um conjunto de análises estatísticas e generalizações para determinar o padrão dos dados e o seu significado”. Diante da impossibilidade de realizar uma pesquisa com toda uma população, o arqueólogo em busca de fontes orais pode selecionar uma amostragem.

A pesquisa quantitativa neste trabalho buscou entender como a atual população penedense percebe o seu próprio Patrimônio Histórico. Desta forma, elaboramos dois questionários, sendo um utilizado com a população em geral da cidade e outro com a população do entorno da Bica das Freiras. O questionário aplicado com a população geral apresentou quatro perguntas: Quase os Patrimônios Históricos da cidade de Penedo que você se recorda? Existe em Penedo alguma construção de origem holandesa que podemos considerar um Patrimônio Histórico? Você conhece a Bica do Cuscuz (Bica das Freiras)? Você acredita que a Bica do Cuscuz pode ser considerada um Patrimônio Histórico? O questionário realizado com a população do entorno apresentou diferenças, contendo apenas três perguntas: Quase os Patrimônios Históricos da cidade de Penedo que você se recorda? Você tem alguma informação sobre o passado da Bica do Cuscuz, como sua origem e utilização no passado? Você acredita que a Bica do Cuscuz é um Patrimônio Histórico?

Antes de indagar à população sobre a possibilidade de se considerar a Bica das Freiras um Patrimônio Histórico, nós apresentávamos a bica através de uma fotografia impressa. Ao todo, foram entrevistadas 87 (oitenta e sete pessoas), sendo 35 (trinta e cinco) do entorno e 52 (cinquenta e duas) da população de uma maneira geral.

Para realizar nossa pesquisa, primeiramente nos dirigimos às pessoas que se deslocavam pelo Centro Histórico da cidade, para entender a relação dos penedenses com o Patrimônio Histórico local. Posteriormente fomos à comunidade do entorno da Bica das Freiras, objetivando compreender a sua relação com este patrimônio e com os demais encontrados em Penedo.

Durante a realização da pesquisa quantitativa, questionamos os entrevistados a respeito da existência de pessoas que pudessem nos contar um pouco da história da bica. A partir daí, encontramos quatro pessoas com vidas relacionadas à Bica das Freiras e que aceitaram ter seus depoimentos gravados. Em seguida montamos um roteiro com perguntas abertas, dando margem para uma maior exposição das experiências pessoais cotidianas, o que não era possível na pesquisa quantitativa

realizada anteriormente. Além dessas entrevistas, pudemos ter acesso aos depoimentos gravados durante o trabalho arqueológico realizado no local.

As entrevistas não apresentaram perguntas específicas, mas seguiram um roteiro para fundamentar o desenvolvimento do trabalho. Desta forma, foram abordados os seguintes pontos relacionados à Bica das Freiras: sua origem da estrutura; tempo de convívio do entrevistado com a bica; utilizações da água; convivência no local; existência de lendas, como túneis e tesouros; deslocamento de pessoas de outros locais; momento em que deixou de ser utilizada; e outras denominações encontradas para a bica. Estes tópicos foram levantados pelo entrevistador, sendo desenvolvidos pelo depoente, a partir das suas memórias.

4.3 FONTES ICONOGRÁFICAS

A documentação escrita exerceu o papel de destaque por um longo tempo na historiografia. Enquanto isso, as fontes visuais exerciam papel secundário, complementando as análises efetuadas a partir do documento escrito, sendo evocadas quase sempre a título ilustrativo (VIDAL, 1994). Fundamentando-se na noção já consolidada de documento, muitos historiadores apontaram para a importância da utilização dessas fontes para a compreensão do passado (MENESES, 2003). Segundo Molina (2005), longe de ser considerada uma mera ilustração, devemos buscar refletir as linguagens presentes nas cenas e as faces e interfaces presentes nesse conjunto de fontes visuais.

Na Arqueologia Histórica, as informações iconográficas podem ser divididas em três tipos: mapas, desenhos e pinturas, e fotografias (ORSER JR., 1992). Todos apresentam potencial para a pesquisa arqueológica, podendo, por exemplo, contribuir para a localização e interpretação dos sítios históricos. Neste trabalho, pudemos utilizar mapas e fotografias como fonte de pesquisa iconográfica.

Um mapa pode ser considerado como testemunho concreto da mentalidade de uma sociedade, sendo caracterizado como uma construção social permeada de interesses políticos e econômicos (MOLINA, 2005). Para Fialho (2007), os mapas urbanos são discursos produzidos como ideário de representação, registro da memória, uma narrativa histórica da geografia e da paisagem urbana, sendo produtores de identidades do espaço urbano.

Na Arqueologia Histórica, Orser Jr. (1992) afirma que os mapas possuem grande utilidade, na medida em que pode apontar ou pelo menos contribuir para localizar edifícios e sítios; além de, para aqueles que desenvolvem trabalhos sobre o período de contato, indicar aldeias, demonstrar a compreensão europeia acerca de muitos grupos nativos americanos e o traçado de trilhas e estradas primitivas. Os mapas também podem fazer indicações relativas ao meio ambiente, apontando, por exemplo, portos naturais e fontes hídricas. Na arqueologia urbana, a cartografia pode ser útil para compreender desenvolvimento urbanístico.

Os mapas podem apresentar os mesmos tipos de problemas apresentados por qualquer outro documento histórico. Devemos levar em conta que o cartógrafo pode não ter representado o meio observado exatamente como ele se constituía:

Um cartógrafo, ao fazer um mapa específico, pode ter tentado apresentar a paisagem não como ela era, mas como ele esperava que fosse. Nesse sentido, o traçado de estradas por montanhas e florestas pode refletir apenas uma via planejada ou, até mesmo, imaginada. Igualmente, a localização e o número de aldeias nativas podem ser usados como propaganda por uma nação europeia para induzir uma nação rival a crer que possuía mais aliados nativos do que realmente contava (ORSER JR., 1992, pp. 51-52).

Como sabemos, a dominação holandesa no território pernambucano resultou numa vasta produção cartográfica. Desta forma, pudemos fazer o levantamento de mapas da região Penedo realizados por cartógrafos da comitiva de Maurício de Nassau. Estes trazem, sobretudo, a localização do Forte Maurício, mas também contemplam o espaço e a urbanização da região na época.

Assim como os mapas, as fotografias podem trazer uma grande riqueza de informações para uma pesquisa dentro do campo de atuação da Arqueologia Histórica. Segundo Meneses (2003), as imagens fotográficas não possuem relação documental com os textos, podendo contestar o que foi escrito ou pelo menos implicar que sejam realizadas algumas correções. Porém, Silva et al. (2012) afirma que as imagens produzidas por populações pretéritas e por arqueólogos em seus registros imagéticos são difíceis de se analisar e interpretar. O autor afirma também que é praticamente inexistente o estudo deste tipo de fonte enquanto documento integrante da produção do conhecimento científico ou mesmo a sua conscientização dentro da Arqueologia.

Diferentemente dos desenhos, mapas e pinturas, a realização do registro fotográfico não requer, necessariamente, um alto grau de habilidade para ser realizado. De acordo com Orser Jr. (1992), o fato de poder ser produzida por qualquer pessoa munida de uma câmera possibilita que as fotografias estejam presentes nas casas de muitas pessoas. Por este motivo, o autor afirma que é possível encontrar documentados sítios arqueológicos em imagens fotográficas, mesmo que esta não tenha sido a intenção inicial. Porém, ele destaca a importância de se utilizar com cuidado este tipo de fonte, pois existe a possibilidade de que as imagens possam ter sido adulteradas.

A partir da pesquisa realizada no arquivo da Fundação Casa do Penedo, instituição privada que visa a preservação da história penedense, conseguimos localizar algumas antigas fotografias da Bica das Freias. Foram encontradas quatro imagens registradas em novembro de 1992 e outra sem datação (Anexo A). As fotografias realizadas em 1992 já registraram a estrutura em estado de arruinamento. Além destas, a partir do acervo do NEPA, pudemos ter acesso às imagens registradas durante a realização da intervenção arqueológica no sítio.

5 O LEMBRADO E O ESQUECIDO

A partir das entrevistas quantitativas, pudemos perceber que a conscientização da população de Penedo acerca do seu Patrimônio Histórico é algo que ainda pode ser desenvolvido. Nesta mesma atividade, conseguimos perceber que alguns patrimônios são mais lembrados pelos penedenses.

5.1 O PATRIMÔNIO LEMBRADO

Não é uma tarefa difícil descobrir e entender a valorização de certos objetos patrimoniais em Penedo. Assim como em toda a sociedade brasileira, os grandes monumentos são os que recebem mais atenção da população, reflexo dos maiores aportes financeiros recebidos por parte das esferas governamentais. O Convento Nossa Senhora dos Anjos, o Teatro Sete de Setembro e a Casa de Aposentadoria foram alvos recentes de obras de revitalização. Não é por acaso que estes, junto ao Museu do Paço Imperial, são os exemplos que a população mais se recorda quando questionada acerca dos Patrimônios Históricos da cidade.

A valorização dos grandes monumentos, em detrimento de outros exemplos de patrimônios, é resultado de toda a trajetória histórica patrimonial brasileira. Dessa forma, cabe aos pesquisadores da área do patrimônio levantar o debate da valorização das mais diversas formas de expressões culturais, integrando a academia, a sociedade e as esferas governamentais.

Durante a pesquisa quantitativa, foram entrevistadas oitenta e sete pessoas, incluindo a população geral da cidade e indivíduos pertencentes ao entorno da Bica das Freiras. O objetivo foi compreender quais patrimônios culturais materiais seriam mais citados pelos entrevistados, de modo que o resultado apontasse para os objetos patrimoniais que são mais valorizados pelos penedenses. Os mais citados podem ser visto na tabela a seguir:

Tabela 1 - Patrimônios citados pela população

Patrimônio	Indivíduos	Percentual
Ao menos um Patrimônio Religioso Católico	71	81,60%
Igrejas (em geral)	53	60,91%
Museu do Paço Imperial	31	35,63%
Convento de Nossa Senhora dos Anjos	29	33,33%
Teatro Sete de Setembro	28	32,18%
Catedral de Nossa Senhora do Rosário	21	24,13%
Igreja de Nossa Senhora das Correntes	20	22,98%
Casa de Aposentadoria	13	14,94%
Restaurante da Rocheira	11	12,64%
Igreja de São Gonçalo	10	11,49%

Fonte: Silva (2017)

Cada entrevistado ficou livre para citar quantos patrimônios se recordassem. O resultado desta pesquisa indicou que grande parte da população da cidade se recorda de elementos ligados ao Patrimônio Religioso ligado à Igreja Católica. Setenta e uma pessoas, 81,6% do total, citaram pelo menos uma das igrejas ou mesmo as igrejas no geral. O Convento Nossa Senhora dos Anjos, localizado na Rua Sete de Setembro, foi o segundo patrimônio individual mais lembrado, ficando atrás apenas do Museu do Paço Imperial. O Teatro Sete de Setembro também foi constantemente lembrado, ao ser mencionado por quase um terço dos oitenta e sete entrevistados.

Algumas das igrejas localizadas no Centro Histórico foram restauradas nos últimos anos. Durante o período de funcionamento do Programa Monumenta, foram realizadas intervenções no Convento Igreja Nossa Senhora dos Anjos, na Igreja São Gonçalo Garcia e na Igreja das Correntes. Esses esforços se refletem na construção da memória social penedense e explicam a valorização destes patrimônios.

O Programa Monumenta subsidiou também a restauração da Casa de Aposentadoria. Este prédio é resultado de uma antiga reforma, que unificou a antiga Casa de Aposentadoria com um prédio vizinho, da Casa da Câmara, resultando no surgimento de uma construção maior e mais imponente. O interesse por este patrimônio pode ser explicado por sua localização, pois há fortes indícios de que o local abrigou o Forte Maurício, construção holandesa. Em 2008, durante o monitoramento arqueológico realizado na reforma arquitetônica deste prédio, o arqueólogo Scott Allen identificou antigas estruturas no local, mas que devido à insuficiência de dados não puderam ser relacionadas à antiga fortificação.

O Teatro Sete de Setembro, localizado no Largo de São Gonçalo, atualmente está passando por obras de revitalização, iniciadas no ano de 2016. O projeto visa a

recuperação e modernização das estruturas, mas sem perder suas características originais, possibilitando a reintegração deste patrimônio à população.

O casarão que abrigou o Imperador Dom Pedro II, em sua passagem por Penedo, pertence à Fundação Raimundo Marinho. Esta fundação mantém no local, no piso superior, um acervo que remete ao monarca; enquanto que no piso inferior existe uma exposição com objetos que pertenceram a Raimundo Marinho, ex-prefeito do município. O prédio, localizado na margem do Rio São Francisco, encontra-se em excelentes condições físicas. O local recebe turistas de diversas partes do país e do mundo. Além desses, o casarão também é visitado por diversas escolas da cidade, contribuindo para que as novas gerações preservem as memórias relativas ao prédio, ao ex-prefeito e, sobretudo a Pedro II.

O Restaurante Forte da Rocha (Figura 16), de origem relativamente recente, foi lembrado por um número razoável de entrevistados (11). Este prédio foi construído junto à rocha, onde estaria localizada uma das pontas do Forte Nassau. A explicação para a lembrança do local está no fato de que alguns, devido a seu nome, acreditam que o local realmente faz parte das estruturas da fortificação holandesa.

Figura 16 – Forte da Rocha, Penedo-AL



Fonte: Jornal Correio do Povo de Alagoas (2017)

Enquanto alguns patrimônios são constantemente lembrados pela população, aqueles que no passado fizeram parte do cotidiano de pessoas comuns são esquecidos. A Bica das Freiras é um desses exemplos, onde o esvaziamento da memória resultou no seu atual estado de arruinamento.

5.2 A BICA DAS FREIRAS

Informações acerca das origens históricas da Bica das Freiras são poucas e contraditórias. Segundo Allen (2011b), em 17 de janeiro de 1993, o Jornal Gazeta de Alagoas publicou uma matéria, subsidiada por historiadores, afirmando que a bica teria sido construída ainda no século XVII. Contudo, o documento “Resumo Histórico dos Monumentos de Penedo”, presente nos arquivos da Prefeitura de Penedo, afirma que a construção teria ocorrido no século XVIII, pelos frades Carmelitas. O trabalho arqueológico realizado pela equipe do NEPA em 2010 no sítio buscou responder esta pergunta, porém esbarrou na impossibilidade de associar os artefatos arqueológicos encontrados à estrutura.

A busca pelas origens deste patrimônio poderá ser o foco de pesquisas futuras. A resposta para este questionamento pode vir através das análises das técnicas construtivas. Porém, este não foi o foco deste trabalho, que buscou analisar o processo de lembrança e esquecimento do Patrimônio Histórico em Penedo, voltando-se para o distanciamento da população em relação à Bica das Freiras.

Por não haver documentação histórica sobre o passado da Bica das Freiras e por estarmos baseados em relatos orais, nossa pesquisa se limitou a analisar a relação do sítio com a sociedade apenas até onde a História Oral consegue chegar. Assim, mesmo se tratando de uma estrutura secular, nosso trabalho se limitou a analisar apenas os séculos XX e XXI.

5.2.1 Escavação Arqueológica na Bica

Em 2010 houve um projeto arqueológico no sítio Bica das Freiras, executado pela equipe do NEPA (figura 17). Os trabalhos ocorreram sob a coordenação do arqueólogo e antropólogo Scott Joseph Allen, tendo como objetivo principal a inserção do sítio ao contexto histórico do Centro Histórico de Penedo. Os objetivos específicos dessa pesquisa foram a tentativa de identificação do período da construção da bica, por meio da análise das técnicas construtivas e do material que foi utilizado, auxiliado por fontes escritas e também orais; e a compreensão das formas de representação social através da cultura material, no seu período de construção, de utilização e até mesmo nos dias atuais.

A pesquisa arqueológica no local foi composta pela realização de prospecções sistemáticas de superfície, escavação de uma trincheira junta às estruturas, prospecção de subsuperfície, além do levantamento topográfico das estruturas e o levantamento de informações através de fontes documentais e orais.

Figura 17 – Equipe do NEPA realizando a escavação da Bica das Freiras



Fonte: Acervo NEPA (2010)

Segundo o relatório da escavação, as análises realizadas em superfície detectaram a existência de pelo menos quatro momentos construtivos. Em um momento foi edificada a cisterna, juntamente com as comportas hidráulicas e a escadaria, construídas através do emprego de blocos de arenito. Posteriormente houve a construção da abóboda, com a utilização de tijolos maciços. Em um terceiro momento ocorreu a implantação de uma estrutura de sustentação, também a partir da utilização de blocos de arenito. Por fim, houve a edificação de um muro no lado oeste do sítio, iniciado na extremidade sul da estrutura da abóboda.

Ao final das escavações, o material encontrado não pôde ser utilizado para realizar interpretações, como se esperava inicialmente. Esta impossibilidade ocorreu, segundo Allen (2011b), pela descoberta de que o sedimento escavado não fazia parte

do mesmo contexto arqueológico da estrutura, sendo proveniente de outra área e tendo sido ali depositado através das chuvas anuais. Devemos destacar que o sítio se encontra no meio de um relevo íngreme, o que explica a deposição de sedimento oriundo da parte superior (Figura 18). Por isso não foi possível utilizá-lo para auxiliar no estabelecimento da crono-estratigrafia do sítio e tampouco para indicar os construtores das estruturas. Não houve resultado também a partir da análise das técnicas construtivas. Porém, um trabalho específico mais aprofundado nesta linha ainda pode ser realizado para buscar solucionar este problema.

O trabalho realizado pode não ter conseguido definir as origens da estrutura, mas se mostrou bastante valioso ao inserir a Bica das Freiras no contexto histórico de Penedo. Contudo, faltou por parte da esfera pública dar seguimento ao desenvolvimento de atividades que buscassem a valorização deste patrimônio, inserido a população nesse processo.

O relatório técnico da escavação apresentado ao IPHAN serviu como base para o início deste trabalho, ao fundamentar o debate acerca da preservação e valorização da Bica das Freiras.

Figura 18 – Relevo acidentado na região da Bica das Freiras



Fonte: Silva (2017)

5.2.2 Um Patrimônio Esquecido

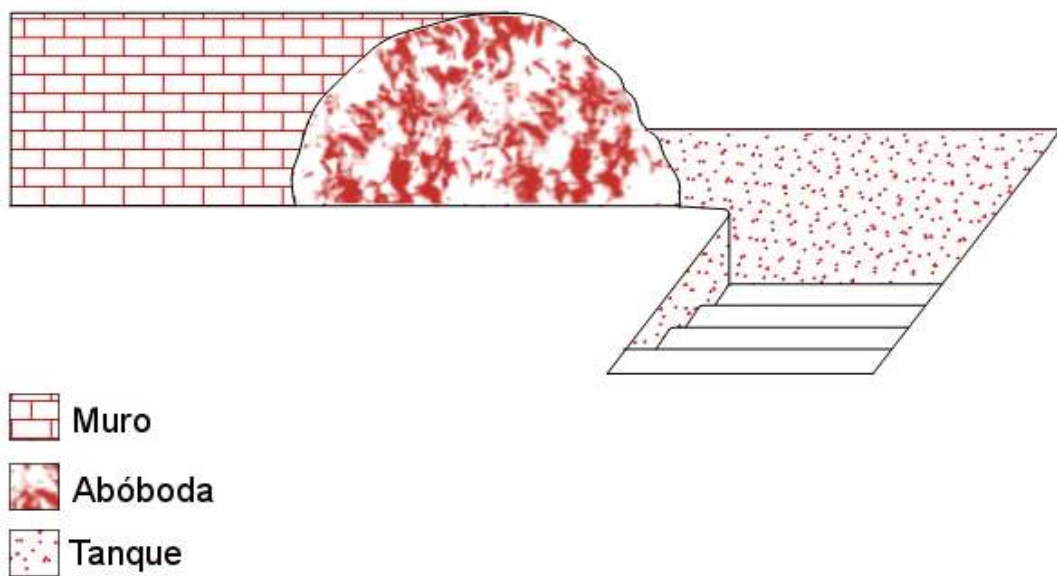
A Bica das Freiras está localizada no Centro Histórico de Penedo, numa região que apresenta diversas minas d'água. É formada por um conjunto de estruturas que contém: uma cisterna ligada a uma abóbada, ao centro; comportas hidráulicas e uma escadaria, formando um tanque, localizadas a leste; além do resto de um muro que está situado na direção oeste (Figuras 19-23). Todas estas estruturas se encontram danificadas, apresentando um sério risco para a sua preservação, como pode ser visto nas imagens a seguir:

Figura 19 – Disposição das estruturas no sítio Bica das Freiras



Fonte: Silva (2017)

Figura 20 – Ilustração das estruturas da Bica das Freiras



Fonte: Silva (2017)

Figura 21 – Tanque localizado à direita da abóbada



Fonte: Silva (2017)

Figura 22 – Muro localizado a oeste do sítio



Fonte: Silva (2017)

Figura 23 – Dano na parte superior da abóbada



Fonte: Acervo NEPA (2010)

É notório o atual estado de arruinamento em que se encontram as estruturas que compõe o sítio Bica das Freiras. Isto pode ser facilmente percebido por quem transita pela Rua Quinze de Novembro. A deterioração do sítio é um processo que vem ocorrendo há décadas, tendo sido iniciado quando o patrimônio perdeu a sua funcionalidade para a população. A partir de registros fotográficos datados de 1992, encontrados no arquivo da Casa do Penedo, pudemos identificar que a bica já estava em estado alarmante neste período (Figura 24). As imagens mostram a estrutura parcialmente coberta pela vegetação, apresentando queda do reboco e rachaduras. O relatório técnico da escavação realizada por Allen em 2010 no sítio identificou os mesmos problemas, descrevendo também a exposição dos alicerces e infiltrações. Durante nossa pesquisa, realizada entre 2016 e 2017, detectamos que esses transtornos ainda permaneciam.

Figura 24 – Bica das Freiras deteriorada em imagem de 1992



Fonte: Casa do Penedo

O arruinamento é um reflexo do esquecimento da bica. Ao deixar de ser fundamental para a subsistência da população, a estrutura perdeu o seu significado para a população e não passou por um processo de ressignificação. A falta de uso aliada a ausência de um novo sentido resultou no seu abandono. Se a população não a incorporou a seu passado por conta própria, as ações governamentais não foram suficientes para promover a construção de uma memória coletiva que permitisse a integração da sociedade a este patrimônio.

O poder público viabilizou o projeto arqueológico realizado no sítio, com o objetivo de contribuir para a sua valorização. Porém, a falta de continuidade de ações que visassem inserir novamente a bica no cotidiano da população fez com que o cenário de desvalorização não fosse alterado. Desta forma, o afastamento popular permaneceu. Também não houve a realização de um trabalho voltado para a conservação física, que buscasse recuperar as estruturas danificadas, assim como foram realizados em outros patrimônios da cidade.

O afastamento da população em relação a este patrimônio pode ser notado tanto na população em geral, quanto na comunidade localizada no entorno da bica. A realização da pesquisa quantitativa abrangeu esses dois grupos, buscando compreender a perspectiva da população em relação aos Patrimônios Históricos da cidade. Dos oitenta e sete indivíduos ouvidos, trinta e cinco eram oriundos das proximidades, enquanto os outros cinquenta e dois pertenciam à população penedense de uma maneira geral. A pesquisa solicitou que as pessoas informassem quais os Patrimônios Históricos de Penedo que elas primeiro se recordavam. Porém, nenhuma dessas pessoas citou a Bica das Freiras, nem mesmo aqueles que tinham contanto constante com este patrimônio.

Os moradores do entorno também foram questionados a respeito do passado da bica. Contudo, a grande maioria afirmou não ter nenhuma informação sobre este fato. Dos entrevistados, apenas dez tiveram algo para relatar. No quadro a seguir, podemos observar os relatos que foram feitos por esses moradores a respeito do passado da bica:

Tabela 2 - Resultado das entrevistas sobre o passado da bica

Informações	Indivíduos
Lavagem de roupa	04
Origem Holandesa	03
Abastecimento de água para população	03
Banho	02
Túnel	02
Quilombo	01
Relação com o Chalé dos Loureiros	01
Abastecimento da Santa Casa de Misericórdia	01

Fonte: Silva (2017)

As informações apuradas neste trabalho apontam para veracidade dos relatos que apontaram a Bica das Freiras como fonte de água para lavagem de roupa, banho e abastecimento para a população, pois também foram encontradas nos relatos de testemunhas que acompanharam o local ainda em funcionamento. A informação de que a origem das estruturas é holandesa não parece ter forças, pois o período holandês em Penedo foi bastante breve, não foi encontrada menção alguma na cartografia flamenga e devido à existência de uma supervalorização desse momento de ocupação. A presença de túneis não foi identificada durante as escavações do sítio, configurando-se apenas como um elemento presente no imaginário popular

comum em diversas localidades. A relação com o Chalé dos Loureiros é plausível, pois este está localizado próximo ao sítio, além de também apresentar uma origem recuada. A utilização da bica para o abastecimento de água do Hospital Santa Casa de Misericórdia poderia explicar a antiga denominação Bica das Freiras.

Falsos ou verdadeiros, poucos foram aqueles que tiveram algo a relatar sobre o passado da bica. É preciso que haja uma mudança neste cenário. É fundamental que a população participe do processo de valorização e preservação da Bica das Freiras. Se este patrimônio não for reconhecido como parte integrante do passado da comunidade e não estiver presente na memória coletiva penedense, ele estará fadado ao esquecimento. Diferente disso, caso forem desenvolvidas ações voltadas para a Educação Patrimonial, que pense a sociedade como parte indispensável do processo de preservação do patrimônio, suas chances de resistir irão crescer consideravelmente. Defendemos aquilo que nos pertence, então se a população reconhecer a importância desse patrimônio para o seu passado, ela irá lutar para que este seja preservado. Não adianta que as ações fiquem restritas apenas ao poder público, pois uma população distante do patrimônio, além de não lutar por sua preservação, pode vir a se tornar o próprio agente de destruição.

Durante as entrevistas realizadas no entorno da Bica das Freiras, descobrimos que em certo momento, um morador da região cuidava do local por conta própria, realizando a limpeza e inclusive pintando as estruturas. Isto demonstra como a população pode ser aliada do processo de preservação, que se instigada da maneira correta, contribuirá com os esforços necessários para se preservar o patrimônio.

5.2.3 A construção de uma memória democrática

A noção de patrimônio evoluiu ao longo da sua trajetória histórica no Brasil e no mundo. A partir da década de 1970, através da ruptura de paradigmas, aqueles que antes eram “excluídos” da história passaram também a ter o seu valor reconhecido. O desenvolvimento da concepção de diversidade cultural abriu espaço para a preservação de elementos culturais pertencentes a diversos segmentos da sociedade. Esta nova concepção possibilitou o surgimento de diversos estudos ligados ao cotidiano das populações, como é caso desta pesquisa.

Penedo hoje é conhecida pelo seu valiosíssimo conjunto arquitetônico, que preserva viva na cidade uma memória de um passado esplendoroso. Ao caminhar por seu Centro Histórico, é possível deparar-se com inúmeras imponentes construções do período colonial e imperial, testemunhando o desenvolvimento econômico vivido na região no passado. Contudo, os elementos históricos que estão ligados ao passado da população mais humilde não ganham o devido espaço na história da cidade e na memória dos seus moradores. Estes são deixados de lado, sendo marginalizados.

O curto período holandês em Penedo durou entre 1637 e 1645. Entretanto, a origem holandesa é constantemente atribuída a diversas construções, quando a população busca lhes atribuir uma maior relevância histórica. É o que parece ocorrer com a Bica das Freiras. A passagem do Imperador Dom Pedro II por Penedo, em 1859, é uma das memórias mais marcantes na sociedade penedense. Uma única noite que marcou toda uma cidade e que suas lembranças são preservadas até os dias de hoje. Ambos os fatos demonstram que a perpetuação de um acontecimento depende de outros fatores além da sua extensão. O esforço voltado para a democratização da memória deve perceber que o seu foco deve estar centrado na educação, buscando desconstruir uma percepção de passado que foi moldada ao longo dos séculos no país.

A atividade turística encontrada hoje em Penedo pode servir como um termômetro para que possamos verificar a valorização do patrimônio. O turismo está voltado, basicamente, para os mesmos Patrimônios Históricos mais lembrados pela população. O Convento Nossa Senhora dos Anjos, a Igreja das Correntes, o Museu do Paço Imperial e a Casa de Aposentadoria são os pontos que mais são visitados pelos turistas. Alguns guias de turismo afirmaram conhecer a Bica das Freiras, mas informaram que ela não faz parte do circuito montado para o passeio dos visitantes. A falta de estrutura do sítio e a insegurança do local foram apontadas como os principais motivos que impedem a sua inclusão na rota turística.

A pertinência deste trabalho se fundamenta na necessidade de aliar a construção de um passado ligado aos mais poderosos com a história daqueles que foram renegados por muito tempo pela história oficial. Buscamos valorizar as histórias cotidianas daqueles que não estavam inseridos na alta sociedade penedense, para que também possam ocupar o seu devido espaço nos registros oficiais da cidade.

A Bica das Freiras é um patrimônio dos cidadãos de Penedo. Um elemento da cultura material da cidade carregado de significados para uma parcela comum da

população, que também merece ter as memórias do seu passado preservadas, construídas e reconstruídas no presente. A preservação e a conservação deste patrimônio ajudarão a reconstruir mais amplamente o passado da cidade. Com isso, buscamos contribuir para a reconstrução de uma memória mais democrática, que contemple todas as esferas da sociedade e valorize a pluralidade tão fortemente marcada em nosso país.

A Bica das Freiras representa um patrimônio material ligado a uma população humilde, que na ausência de um abastecimento de água encanada, ou na precariedade deste serviço, mostrou-se valiosíssima. Trata-se de um ambiente modificado para atender as necessidades do povo. No local onde existe um olho d'água, uma estrutura foi criada para possibilitar o acúmulo de água que brotava diretamente do solo. Isto foi muito importante para abastecer diversas gerações de famílias, não apenas aquelas que viviam no entorno do sítio, mas também muitas outras pertencentes a diversas localidades da cidade.

As pessoas retiravam a água da bica e a transportavam até as suas residências. Alguns tinham o trabalho facilitado pelo emprego de animais no transporte. Isto foi essencial para o desenvolvimento de muitos, suprimindo necessidades gerais como de higiene pessoal, lavagem de roupas e pratos, além de também ser utilizada para a ingestão.

Além de transportar até as suas casas, a população também utilizava a água na própria bica, minimizando o desgaste do deslocamento. Lá as lavadeiras passavam o dia lavando roupas, exercendo esta atividade que contribuía para o sustento das suas famílias. Também havia aquelas mulheres que iam até o local lavar as roupas das suas próprias famílias. Existiam aqueles que se deslocavam até a bica para tomar banho e outros apenas de passagem aproveitavam para matar a sede. Enquanto isso, as crianças desfrutavam do espaço à volta para realizar as suas brincadeiras.

Além de a sua importância residir na contribuição dada para a sobrevivência de diversas pessoas, a Bica das Freiras também se mostra relevante pelo fato de que ali se configurava como um lugar de convivência para muitos. O espaço, onde as pessoas conviviam diariamente, era marcado pelas relações sociais, tanto entre aqueles que passavam rapidamente para retirar ou beber da sua água, como entre aqueles que lá permaneciam por um longo tempo.

Nas palavras de Dona Maria Rezadeira, que teve o seu depoimento gravado durante as nossas pesquisas, o tempo em que as mulheres iam lavar roupa na bica era “uma época boa, era uma festa danada”. Momentos assim não costumam ser contados pela história oficial, fazendo com que o cotidiano da população carente seja esquecido, enquanto são registrados os grandes eventos e personagens. Dona Maria do Cuscuz, como também é conhecida, ficou viúva muito cedo, tendo que criar sozinha o seu pequeno filho Damião. Hoje com 89 anos, esta senhora dividiu conosco suas lembranças, momentos vividos na Bica das Freiras que muito contribuíram para o sustento da sua família. Personagem bastante conhecida na região, ela também teve a sua entrevista gravada pela equipe do NEPA, em 2010 (Figura 25).

Tivemos a oportunidade de colher relatos de Seu José Roberto, um homem de 77 anos que atualmente trabalha como segurança da Casa do Patrimônio de Penedo, prédio administrado pela Superintendência do IPHAN de Alagoas. Este senhor nos contou que mora nas redondezas desde criança e que costumava ir brincar no local, subindo no pé de tamarineira em busca do seu fruto. Ele relatou como a água que minava era boa para o consumo, mas se entristeceu ao falar do atual estado deste patrimônio. Para Seu José Roberto, o local poderia ser revitalizado, para que servisse como mais um ponto turístico da cidade.

Figura 25 – D. Maria Rezadeira sendo entrevistada por equipe do NEPA



Fonte: Acervo NEPA (2010)

O senhor Ademar, mas que segundo o próprio só é conhecido na região como Cabeludo, foi outro personagem que colaborou com a nossa pesquisa. Morador a três décadas da comunidade do Barro Vermelho, próxima à Bica das Freiras, ele contou que quando chegou à região a estrutura já não era utilizada de forma intensa. Segundo ele, o local servia para matar a sede ou mesmo para lavar as mãos de quem transitava pelo local, pois nesse momento o sistema de abastecimento de água já tinha sido aperfeiçoado. Seu Cabeludo conta que sempre circulou no imaginário popular a ideia de que não só a bica, como toda a cidade seria cercada por redes de túneis.

O passado da Bica das Freiras está intimamente ligado a diversas histórias da população de Penedo. Muitos momentos vividos, mas também muitas memórias perdidas. Felizmente, pudemos registrar a história de um casal, que demonstra claramente como a utilização de um espaço pode interferir na vida das pessoas. Trata-se de Seu Leonildo e Liege Lemos (Figura 26), que se conheceram muito jovens, quando ela ia constantemente retirar água para a sua casa e ele ia até a garagem do seu caminhão, localizada de frente para a bica. Neste cenário, as vidas dos dois se cruzaram, dando início a uma relação que já dura seis décadas. Seu Leonildo repete

o que ouviu dos seus pais, que a bica tinha origem holandesa. Segundo ele, o local sempre foi conhecido como Bica do Cuscuz e era controlado pela prefeitura, que se encarregava de fazer a sua manutenção.

Figura 26 – Casal formado no entorno da Bica das Freiras



Fonte: Silva (2017)

Penedo é uma das cidades onde o IPHAN instituiu uma das Casas do Patrimônio, projeto que tem por objetivo criar uma gestão compartilhada do patrimônio, onde a população possa receber ações educativas para contribuir com questões de preservação. A sede deste projeto na cidade abriga hoje uma exposição que contém cronologias de fatos que ocorreram na cidade, estando muito presa a personagens ilustres. Não existem informações acerca da Bica das Freiras. A valorização e a disseminação de informações sobre a bica pode começar neste espaço, voltado para o patrimônio da cidade e que recebe diversos visitantes, sobretudo grupos de escolas da própria cidade. Esta seria uma forma muito positiva de iniciar a reconstrução da memória social a partir das novas gerações de penedenses.

A preservação da bica só se concretizará com a participação popular e isto só será possível através do desenvolvimento de práticas voltadas para uma Educação Patrimonial. Está claro que está faltando ações que envolvam a população, buscando

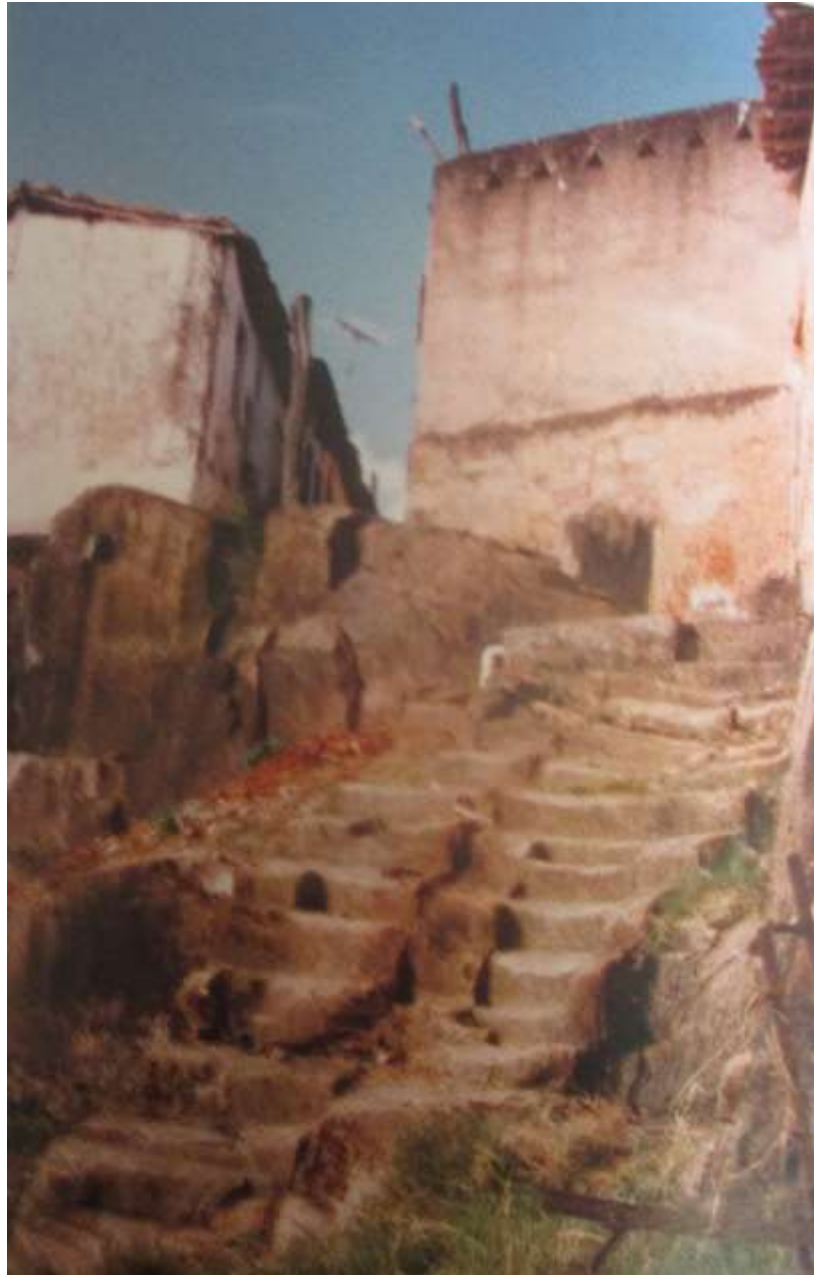
a ressignificação deste patrimônio. A criação de uma “Semana do Patrimônio Penedense” poderia servir para levar o debate patrimonial para às escolas, conscientizando as novas gerações da importância da valorização dos múltiplos aspectos culturais. Um evento deste tipo serviria não somente para contribuir com a valorização da Bica das Freiras, mas também para despertar a população para valorizar toda a sua história. Desta forma, os jovens da penedenses poderiam ser envolvidos nas questões relacionadas ao Patrimônio Histórico de Penedo.

5.3 A RUA DO BANHEIRO: MAIS UM PATRIMÔNIO ESQUECIDO

Assim como a Bica das Freiras, a Rua do Banheiro é um exemplo de um Patrimônio Histórico Arqueológico que não recebe a valorização devida. Durante as entrevistas junto à população, apenas uma das pessoas entrevistadas citou este local quando questionada sobre os Patrimônios Históricos da cidade. Segundo Sales (2013), a rua ganhou esse nome porque ali era um local onde a população seguia para tomar banho no rio, com horários distintos para homens e mulheres.

Com pouco mais de 20 metros de extensão, ela foi construída em cima de um rochedo. No final dela há uma escadaria que dá acesso às águas do São Francisco (Figura 27). Na parede de uma das ruínas existentes no local há uma inscrição de 1761. Além das ruínas, a rua é composta por mais quatro casas, feitas de taipas e outros materiais.

Figura 27 – Escadaria da Rua do Banheiro



Fonte: Sales (2013)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi identificado o estado de arruinamento das estruturas da Bica das Freiras, que apresentam problemas de desabamentos, infiltrações, queda do reboco, dentre outros. As ações governamentais se mostraram ineficientes para preservar este patrimônio e o projeto realizado no sítio em 2010 não teve prosseguimento. A gestão pública errou ao esquecer-se de envolver a sociedade nas ações preservacionistas. Os mecanismos de preservação não devem ser pensados apenas em volta da criação de leis de tombamentos ou de projetos de restauração. A Educação Patrimonial, portanto, é um elemento fundamental para se atingir a preservação, na medida em que instiga a sociedade a refletir acerca dos seus bens patrimoniais.

A grande maioria dos moradores do município desconhece a existência da Bica das Freiras e a sua relevância histórica. A maior parte daqueles que moram mais próximos ao local do sítio não a reconhecem como parte integrante da sua história. Neste contexto, os penedenses não estão se preocupando diante do processo de arruinamento do sítio, o que representa um sério risco a sua existência.

A participação da população é fundamental para que a preservação ocorra de fato. É de extrema importância que as ações preservacionistas não fiquem restritas apenas à administração pública. Uma população que não reconhece um patrimônio poderá vir a se tornar o próprio agente de destruição. Desta maneira, é imprescindível que ela reconheça o patrimônio como parte da sua história, pois sempre procuramos defender aquilo que nos pertence. Para facilitar este processo de patrimonialização da Bica das Freiras, sugerimos que este patrimônio passe a ser chamado da mesma forma que a população local, que a conhece por Bica do Cuscuz. Entendemos que nenhuma outra denominação contribuiria para o surgimento de um sentimento de pertencimento por parte da sociedade.

O poder público deve promover ações que possibilitem a população reconhecer a multiplicidade cultural existente na cidade, para que os mais diversos bens patrimoniais possam ser valorizados. Isto poderia partir da criação de uma semana voltada para o Patrimônio Histórico da cidade, com a participação de escolas das redes estaduais e municipais, aproximando os jovens dos bens históricos. A Casa do Patrimônio em Penedo, criada justamente para envolver a população nas questões relacionadas à preservação, não só poderia como deveria estar no centro desses esforços.

Com o desenvolvimento das sociedades, é comum que alguns elementos percam importância com o advento de outros novos. Algumas tradições, prédios e objetos, por exemplo, perdem o seu valor funcional e entram em processo de esquecimento. Este fenômeno também foi identificado em Além Paraíba, no trabalho de Furtado (2015); e também em Ceará-Mirim, na pesquisa de Bertrand (2010). Isso muitas vezes leva ao seu desaparecimento. Entretanto, devemos preservar os elementos que possam contar a história dos diferentes grupos que compõe a sociedade.

Enxergamos este trabalho como uma ferramenta teórica que possa instigar o surgimento de políticas públicas educacionais, com o objetivo de inserir a Bica das Freiras no cotidiano da comunidade, criando novos significados para ela, na tentativa de evitar o seu desaparecimento.

Furtado (2015) propõe, para Além Paraíba, que ocorra um constante diálogo com a sociedade, possibilitando a reintegração do patrimônio ao cenário urbano. Isto é o que deve ocorrer também em Penedo. Sem a inserção da população no processo de preservação, de nada adiantará as políticas de preservação governamentais. O sítio hoje se encontra em área cercada, sob a tutela do estado, mas não é raro encontrarmos pessoas circulando no local. Por isso, se esta população não compreender que este é um elemento da sua história, com um valor imensurável para o seu passado, esse patrimônio estará fadado à deterioração. É preciso que ocorra a inserção da comunidade ao patrimônio de forma sustentável, proporcionando uma preservação interligada a uma reconstrução diária de uma memória coletiva que valorize a história da bica e os seus significados.

Penedo é uma cidade com um grande potencial turístico. Mesmo que esta atividade ainda pode ser melhor explorada, o Patrimônio Histórico da cidade consegue atrair turistas de diversos locais do país e do mundo. Porém, o roteiro turístico existente no município não contempla a Bica das Freiras. Os visitantes que vão à busca de um turismo histórico conhecem as igrejas, os museus Paço Imperial e Casa do Penedo, o mercado e outros edifícios. A bica, contudo, é deixada de fora deste circuito. A revitalização e a valorização deste patrimônio, por parte do governo e da população, poderiam possibilitar que ele entrasse nesta rota turística, agregando valor a esta atividade econômica na cidade. Isto, por sua vez, poderia contribuir para o desenvolvimento do entorno do sítio, caso houvesse o desenvolvimento de atividades comerciais nas proximidades, aproveitando o fluxo de pessoas.

A valorização da Bica das Freiras poderá possibilitar que novos elementos do cotidiano da população possam ressurgir, como por exemplo a Rua do Banheiro. Este ressurgimento traria de volta patrimônios esquecidos, dotando-os de valor histórico. Assim, poderíamos ter em Penedo uma memória democrática, que valorizasse toda a pluralidade cultura existentes na cidade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V.; SILVA, M. da. Relatório Arqueológico em Penedo: estudo comparativo e georreferenciamento com base na iconografia histórica e na análise geoarqueológica do sítio do forte Maurício. **Relatório Técnico arquivado na 17ª SR/IPHAN**. Maceió, 2005.
- ALLEN, S. J. et al. PROJETO ANARAPE: estudos arqueológicos nos municípios de Anadia, Arapiraca e Penedo. **Relatório Técnico arquivado na 17ª SR/IPHAN**. Maceió, 2011a.
- ALLEN, S. J.; FERRARE, J. O. P.; NETO, W. M. L.; SENA, V. K. A Bica das Freiras. **Clio**. v. 26, s.n. pp. 125-156, 2011b.
- ALLEN, S. J.; MORAES, F. A. A.; NETO, W. M. L.; MIRANDA, K. Arqueologia da Casa de Aposentadoria, Penedo, Alagoas. **Clio**. v. 24, n. 24, pp. 161-176, , 2009.
- AZEVEDO NETTO, C. X. de. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**. V. 37, n. 3, pp. 7-17, 2008.
- BARLÉU, G. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940.
- BERTRAND, D. **Patrimônio, Memória e Espaço: a construção da paisagem açucareira do Vale do Ceará-Mirim**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFRN, Natal, 2010.
- BORBA, F. M.; TULES, G.; BANDEIRA, D. R. História Oral e arqueologia: possibilidade e limites das fontes orais na pesquisa arqueológica. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL, 8., 2015, Joinville. **Anais...** Joinville: Univille, 2015. pp. 338-344.
- BRASIL. Decreto-lei nº. 8.534, de 2 de janeiro de 1946. Passa à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá novas providências. **Lex: Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro/Capital Federal, v. 1, 1946.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988, Artigo nº. 216**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em < https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp>. Acesso em: 01 set. 2018.
- BRASIL. Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro/Capital Federal, 15 jan. 1937. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 set. 2018.

CHAGAS, M. S. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em questão**, v.13, n. 2, pp. 207-224, 2007.

CISNEIROS, D. **Práticas Funerárias na Pré-História do Nordeste do Brasil**. 2003. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFPE, Recife, 2003.

COSTA, D. M. Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir. **Habitus**, v. 2, s.n. pp. 333-360, 2004.

_____. Algumas Abordagens Teóricas na Arqueologia Histórica Brasileira. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 2, pp. 30-32, 2013.

_____. Arqueologias Históricas: um panorama temporal e espacial. **Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica**, v. 4, s.n. pp. 7-40, 2010.

_____. O Urbano e a Arqueologia: uma fronteira transdisciplinar. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. V. 8, n. 2, pp. 43-80, 2014.

DANTAS, F. S. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): um estudo de caso em direito administrativo RDA. **Revista de Direito Administrativo**, v. 264, s.n. pp. 223-243, 2013.

DAVID, P. História Oral: metodologia do diálogo. **Patrimônio e Memória**, v. 9, n. 1, pp. 157-170, 2013.

FERREIRA AZZI, C. O Patrimônio Histórico e a Cultura Material no Renascimento. **Revista Letras**, v. 21, n. 43, pp. 353-371, 2011.

FIALHO, D. M. Uma leitura sensível da cidade: a cartografia urbana. In: IV JOURNÉE D'HISTOIRE DÈS SENSIBILITÉS, 4., 2007, Paris. **Anais...** Paris: 2007. s.p.

FLORENCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação Patrimonial: um processo de mediação**. João Pessoa: Iphan, 2012, pp. 1-99.

FREITAS, S. M. de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

FURTADO, J. G. E. **História e memória entre ruínas: o patrimônio ferroviário de Além Paraíba**. 2014. 179 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – PPGMS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São paulo: Vértice, 1990.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan/Museu imperial, 1999.

JORNAL CORREIO DO POVO DE ALAGOAS. **Restaurante forte da Rocheira**. Disponível em: < <http://www.correiodopovo-al.com.br/index.php/noticia/2013/05/24/a-rocheira-esta-de-volta-com-cardapio-mantido-e-mais-algumas-opcoes-e-novos-e-menores-precos>>. Acesso em: 02 set. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, T. A. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. **Clio**. v. 5, s.n. pp. 87-99, 1989.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. . História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, v. 2, n. 1, pp. 95-108, 2011.

_____. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, pp. São Paulo, v. 23, n.45, pp. 11-36, 2003.

MENESES, U. T. B. de. A História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, s.v. n. 34, pp. 12-31, 1992.

MERO, E. O. **História de Penedo**: elementos de história da civilização de Alagoas. Maceió: Sergasa, 1974.

_____. **Templos, Ordens e Confrarias**. Maceió: Sergasa, 1991.

MOLINA, A. H. . Projeto “O Sesquicentenário do Paraná no contexto escolar”: uma experiência com mapas históricos. In: XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz, 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz**. Londrina: Editora Mídia, 2005.

MOURA, G. G. A. **A construção da memória social como política pública**: o caso do centro cultural Bom Jardim, em Fortaleza, Ceará. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – PPGMS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

MUNIZ, B. M. Desvendando imagens: aspectos da reconstituição virtual do forte Maurício através da cartografia histórica holandesa. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. **Anais...** Paraty: UFMG, 2011, s.p.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. São Paulo: PUC-SP. 1993.

OLIVEIRA, A. T. D. de. **Um Estudo em Arqueologia Urbana: a Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH, PUC-RS, Porto Alegre, 2005.

ORSER JR., C. E. **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PEIXOTO, L. da S. Cultura material e memória social. In: FUNARI, P. P. A.; FÁBIO, V. C.; NOBRE, C. K. (Orgs.). **Arqueologia Histórica, Memória e Patrimônio em Perspectivas Multidisciplinares: contribuições da Arqueologia, História, Literatura, Arquitetura e Urbanismo**. Pelotas: IMP, LEPAARQ/UFPEL, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPEL, 2009, pp. 91-103.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. v. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

RAMOS, S. P. Apontamentos sobre a insustentabilidade de um Programa Político: o caso do Programa Monumenta em Penedo -AL. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 5, s.n. pp. 148-168, 2015.

REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RODRIGUES, D. F.; MELO, M. F. de; MONTEIRO, L. M. . Paradigmas quantitativo e qualitativo no cotidiano da investigação. **Interfaces Científicas**. v. 2, n. 1, pp. 9-16, 2013.

SALES, F. A. **Arruando para o Forte: roteiro sentimental para a cidade do Penedo**. Penedo: Fundação Casa do Penedo, 2013.

SANTOS, M. S. dos. História e Memória: o caso do Ferrugem. **Revista Brasileira de História**. v. 23, n. 46, pp. 271-295, 2003.

SCIFONI, S. Para Pensar a Educação Patrimonial. In: PINHEIRO, A. R. S. (Org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial**. Fortaleza: Secultfor/Iphan, 2015, pp. 195-206.

SILVA, J. C. Arqueologia, Memória e Patrimônio Cultural: interfaces na construção da identidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2009, pp. 337-344.

SILVA, S. F. S. M.; MÜTZENBERG, D. S.; CISNEIROS, D. da. Arqueologia Visual: o uso das imagens fotográficas na produção do conhecimento arqueológico e historiografia da arqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. s.v. n. 22, pp. 137-156, 2012.

TOMAZ, P. C. A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**. v. 7, n. 2, s.p. 2010.

TURISMO ALAGOAS. **Penedo**. Disponível em:
<<https://turismoalagoas.com/alagoas/>>. Acesso em: 02 set. 2018.

UNESCO. **Carta de Lausanne**. Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

VIDAL, D. G. Fontes visuais na história: significar uma peça. **Varia História**. s.v. n. 13, pp. 128-131, 1994.

APÊNDICE A – CHALÉ DOS LOUREIROS SENDO REVITALIZADO



Fonte: Silva (2017)

APÊNDICE B – ENTORNO DO SÍTIO



Fonte: Silva (2017)

ANEXO A – BICA DAS FREIRAS EM PERÍODO DE FUNCIONAMENTO

Fonte: Casa do Penedo